



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**

FÁBIO ROMERO VIRGOLINO BARROS II

**ENTRE KUYPER E DOOYEWEERD: A TEORIA DAS ESFERAS DE
SOBERANIA DE AMSTERDÃ E A FILOSOFIA DA IDEIA DE LEI**

**SANTA RITA
2019**

FÁBIO ROMERO VIRGOLINO BARROS II

**ENTRE KUYPER E DOOYEWEERD: A TEORIA DAS ESFERAS DE
SOBERANIA DE AMSTERDÃ E A FILOSOFIA DA IDEIA DE LEI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Jurídicas.

Orientador: Prof. Me. Ulisses da Silveira Job

**SANTA RITA
2019**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B277e Barros II, Fabio Romero Virgolino.

Entre Kuyper e Dooyeweerd : a teoria das esferas de soberania de amsterdã e a filosofia da ideia de lei / Fabio Romero Virgolino Barros II. - DCJ - Santa Rita, 2019.

59 f.

Orientação: Ulisses da Silveira Job.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCJ.

1. Abraham Kuyper. 2. Herman Dooyeweerd. 3. Esferas de Soberania. 4. Filosofia Cosmonômica. 5. Ideia de Lei.
I. Job, Ulisses da Silveira. II. Título.

UFPB/CCJ

FÁBIO ROMERO VIRGOLINO BARROS II

**ENTRE KUYPER E DOOYEWEERD: A TEORIA DAS ESFERAS DE SOBERANIA
DE AMSTERDÃ E A FILOSOFIA DA IDEIA DE LEI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Jurídicas.

Orientador: Prof. Me. Ulisses da Silveira Job

Banca Examinadora

Aprovado em_____.

Prof. Me. Ulisses, da Silveira Job
(Orientador)

1º Membro da Banca

2º Membro da Banca

Dedico este trabalho a meus pais, avós e irmã,
que me amaram por toda a vida, em especial à
minha namorada e futura esposa Bárbara, a
quem eu amo com minha própria vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela Sua graça, dando-me o privilégio de, sendo eu pecador, e não sendo digno, tampouco necessário, poder servi-lo para Sua glória, participando de Sua obra. E pela minha existência, Sua cruz e a esperança da vida eterna.

Aos meus pais, Fábio e Juliana, que com amor e sacrifício dedicaram-se a me sustentar e formar, desde o ventre, incentivando-me em cada momento mostrando-me o caminho em que devo andar. Aos senhores o meu amor, honra e gratidão.

À minha irmã Hannah e meu cunhado Felipe, por me amar tanto e por me ajudar de tantos modos que só o amor de irmãos pode explicar, e por ter sido um presente de Deus em minha vida para me ensinar o amor verdadeiro entre irmãos.

Aos meus avós, João e Genizete, que tanto me amam, por serem meus avós e também meus pais, sacrificando-se por mim todos os dias, e por ter eu o privilégio de tê-los constantemente em minha vida, aprendendo tanto de vocês.

À minha namorada e futura esposa, Bárbara, a quem Deus me deu para amar de todo o coração com a minha própria vida, por ser quem é, motivando-me a dar sempre mais um passo em tantos momentos difíceis e em minhas limitações.

Aos meus sogros, não só por me confiarem sua filha, e não só por ela, seu bem mais precioso, mas também por serem tão generosos comigo.

Ao meu orientador, Professor Ulisses, por sua orientação, presença na necessidade, contribuição com o desenvolvimento do trabalho e ajudando num momento tão difícil como os últimos meses, com paciência e presteza.

Ao Professor Newton de Oliveira Lima, com quem muito aprendi filosofia, sempre aberto ao diálogo e debate de ideias, concedendo em seus grupos de estudos e mesmo em sala de aula, a palavra e o pensamento livre.

Aos meus pastores, professor Thiago Dutra e sua família, e Jow e Suellene, por seu cuidado, amizade, conselhos em momentos difíceis e incentivos.

A Egberto, por sua amizade e paciência comigo.

Por fim, quero agradecer a todos os meus amigos, com quem divido todas as minhas alegrias, labores e angústias, especialmente: Joabe, Márcio, João Paraíso, Idálio, Pedro, Diego, Lucas Coutinho, Lucas Braz, Fernando Pessoa, Matheus Xavier, Juliette, Kalina, Carol e Monaliza, ao lado de quem me concedeu o Senhor trilhar a jornada em tantos momentos.

“[...] Não há um único centímetro quadrado, em todos os domínios de nossa existência, sobre os quais Cristo, que é soberano sobre tudo, não clame: ‘É meu!’”

(Abraham Kuyper, Soberania de Esfera – um discurso público proferido na inauguração da Universidade Livre de Amsterdã, 20 de outubro de 1880 [tradução nossa])

RESUMO

O presente trabalho apresenta o pensamento dos dois mais importantes teóricos de Amsterdã, Abraham Kuyper e Herman Dooyeweerd, em uma primeira vista, apresentando algumas de suas ideias fundamentais e o sistema filosófico que se formou, para demonstrar uma teoria social que garante a liberdade e o desenvolvimento da vida em todas as suas vocações e aspectos. Faz-se a análise através de um diálogo entre escritos e discursos de ambos, demonstrando, quando necessário, as poucas diferenças entre os pensamentos dos autores, principalmente nas críticas de Dooyeweerd a Kuyper e apresenta-se o texto de maneira a evidenciar o caráter complementar da obra de Dooyeweerd à do seu predecessor, Kuyper. Inicialmente apresenta-se ao leitor uma discussão acerca da disputa sobre o conceito de soberania ao longo da história, demonstrando que todos os conceitos humanistas surgem da busca de independência do homem em relação a Deus e não apresentam uma ideia logicamente satisfatória. Depois é mostrada a ontologia dos aspectos modais, iniciando com a ideia de cosmonomia, de ordem cósmica, em que a unidade e diversidade da criação são vistas. Então se apresenta uma vista simples de algumas das bases da epistemologia de Dooyeweerd e suas implicações no desenvolvimento das várias ciências e da filosofia, como conhecimento integrador. Por conseguinte, o trabalho evidencia as estruturas da realidade em duas, uma conhecida por “como” a realidade se apresenta: aspectos modais, e a outra é então “o que” se apresenta: estruturas de individualidade. Assim, alerta-separa o perigo dos reducionismos e explica-se como eles ocorrem pela crença de que todos os aspectos da realidade podem ser reduzidos a um só deles, que seria o princípio e o fim de tudo. As esferas de soberania são apresentadas como a única forma de a vida se desenvolver em todos os aspectos. Por fim, é dito ao leitor como a liberdade só é possível na preservação das esferas de soberania e como ocorre a tirania entre elas quando há o desprezo pelos princípios de cada uma.

Palavras-chave: Abraham Kuyper. Herman Dooyeweerd. Esferas de Soberania. Filosofia Cosmonômica. Ideia de Lei.

ABSTRACT

The present work presents the thoughts of the two most important theorists of Amsterdam, Abraham Kuyper and Herman Dooyeweerd, at a first glance, presenting some of their fundamental ideas and the philosophical system that was formed, to demonstrate a social theory that guarantees freedom and development of life in all its vocations and aspects. The analysis is done through a dialogue between writings and speeches of both, demonstrating, when necessary, the few differences between the thoughts of the authors, mainly in the critiques of Dooyeweerd to Kuyper and the text is presented so as to show the complementary character of Dooyeweerd's work to that of his predecessor, Kuyper. Initially the reader is presented with a discussion about the dispute over the concept of sovereignty throughout history, demonstrating that all humanistic concepts arise from the search for independence of man in relation to God and do not present a logically satisfactory idea. Then the ontology of modal aspects is shown, beginning with the idea of cosmony, of cosmic order, in which the unity and diversity of creation are seen. Then it presents a simple view of some of the bases of the epistemology of Dooyeweerd and its implications in the development of the several sciences and of the philosophy, as integrating knowledge. Therefore, the work shows the structures of reality in two of them, one known as "how" reality presents itself: modal aspects, and the other is, then, "what" presents itself: structures of individuality. It thus warns against the danger of reductionism and explains how they occur by the belief that all aspects of reality can be reduced to one of them, which would be the beginning and the end of everything. The spheres of sovereignty are presented as the only way for life to develop in all aspects. Finally, the reader is told how freedom is possible only in the preservation of the spheres of sovereignty and how tyranny among of them occurs when there is contempt for the principles of each one of them.

Keywords: Abraham Kuyper. Herman Dooyeweerd. Sphere Sovereignty. Cosmonomic Philosophy. Law-Idea.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CONCEITO DE SOBERANIA	14
3 ONTOLOGIA DOS ASPECTOS MODAIS E AS ESFERAS DE SOBERANIA	31
3.1 FILOSOFIA DA IDÉIA DE LEI	36
3.2 O ASPECTO DE SENTIDO DA REALIDADE	39
3.3 AS ANALOGIAS.....	43
3.4 OS PRINCÍPIOS ESTRUTURAIS E A FUNÇÃO QUALIFICANTE TÍPICA	46
3.4.1 A função qualificadora e a função fundante nas relações sociais	47
3.5 O PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL	49
4 AS ESFERAS DE SOBERANIA, O ESTADO E A LIBERDADE	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

O calvinismo é uma das forças mais poderosas e relevantes na história do Ocidente, com influências até mesmo no Oriente do planeta, por meio das ações de evangelismo e mesmo de presença da cultura ocidental em tantas partes do mundo. Um de seus maiores expoentes foi o líder, teólogo, pastor, filósofo, escritor de dois jornais, educador, reitor e fundador da Universidade Livre de Amsterdã (*Vrije Universiteit Amsterdam*) e do Partido Antirrevolucionário (*Anti-Revolutionaire Partij*) e primeiro-ministro da Holanda, o Dr. Abraham Kuyper, um vulto que, por sua contribuição para o mundo em tantas áreas de conhecimento, liderou uma grande transformação na Holanda de seu tempo em todas as áreas da vida.

As contribuições de Kuyper foram tão vastas e em tantas áreas do conhecimento e da cultura humana, que por suas influências nasceu um movimento vigoroso que ficaria conhecido na história do cristianismo como movimento neocalvinista, ou movimento kuyperiano. Nas áreas das ciências humanas, desenvolveu estudos sobre a natureza e espírito das revoluções Americana e Francesa, bem como sobre laicidade, a presença de Deus em todas as áreas da vida, e demonstrou que o calvinismo não consistia apenas em uma crença religiosa, mas em uma cosmovisão (*Weltanschauung*), e mais do que isso, em um sistema completo e complexo de vida que formou a mentalidade, cultura e sociedades inteiras no oeste do globo, além de outras tantas contribuições que forçariam à injustiça por falta, se tivessem de ser todas aqui listadas (KUYPER, 2014).

O “monstro de dez cabeças e cem mãos”, como era chamado por adversários, demonstrou que as liberdades civis são um fruto do cristianismo bíblico, além da democracia “moderna” e outras tantas liberdades, que sem a crença fundante do cristianismo não fariam sentido. Como político não encontrou um lugar nem entre os revolucionários progressistas e nem entre os conservadores monarquistas (HEXHAM, 1983), porque defendia que o cristianismo é uma força progressiva e deveria ter uma identidade própria como sistema de vida. Uma de suas maiores contribuições para o direito, teoria e filosofia do Estado, sociologia e ciência política, é a teoria das esferas de soberania (KUYPER, 1880), demonstrada pela leitura das Sagradas Escrituras (a Bíblia), pelo movimento da Reforma Protestante, principalmente as práticas e ensinamentos de Calvino e de Althusius, e

aperfeiçoada em vastidão pelo filósofo Herman Dooyeweerd e outros tantos que seguiram os seus passos.

Abraham Kuyper é um dos nomes mais conhecidos e respeitados da história da Holanda. Uma das mentes mais desafiadoras e prodigiosas da Europa. Proclamou fundamentos para a atuação do Estado e do homem em todas as áreas da vida, respeitando uma ordem da realidade que permite que a humanidade se expresse em suas mais diversas vocações. Popularizou e refinou a teoria calvinista-bíblica das esferas de soberania e de uma ordem cósmica originada na transcendência. Herman Dooyeweerd, é um de seus mais brilhantes sucessores, e um dos responsáveis por organizar o pensamento das esferas de soberania em um sistema filosófico próprio conhecido como a Filosofia Cosmonômica. Kuyper encontrou os fundamentos de um grande castelo teórico, mas as pedras seriam descobertas e encaixadas com precisão por nomes que, sobre tal fundamento sólido, ergueriam a grande construção, e destes o mais relevante e vasto, é, sem dúvida, Herman Dooyeweerd.

De acordo com Guilherme V. R. de Carvalho, Dooyeweerd, que estudou na Universidade Livre de Amsterdã, fundada por Kuyper, sempre fora um bom estudante, com destaque em ciências e história, dominando as línguas clássicas, e não deixando de amar a literatura e as artes, além de ter sido um exímio pianista. Foi jurista, com doutorado em Direito Constitucional, servidor público e diretor assistente da Fundação Dr. Abraham Kuyper, em Haia, além de professor de Filosofia, História e Enciclopédia do Direito na Universidade Livre de Amsterdã, onde lecionou até sua aposentadoria. Sua maior obra foi o que Carvalho ainda disse poder ser considerado o mais importante escrito filosófico de um cristão evangélico no últimos duzentos anos, e ainda, que na medida em que recuperou o espírito do calvinismo e o aplicou ao campo acadêmico em um contexto completamente moderno e pós-iluminista, além de ter antecipado em sua visão a pós-modernidade, poderia ele ser considerado como o filósofo do calvinismo num sentido especial, e que poderiam os simpatizantes da tradição reformada dar-lhe o posto de maior filósofo já produzido pelo cristianismo evangélico (CARVALHO, 2010).

Muito se discute hoje sobre os limites de atuação do Estado, do mercado, da arte e das ciências. Qual o caminho mais seguro, se o da conservação da tradição ou o do progresso. Quais paradigmas devem estabelecer o convívio social e até onde a religião pode interferir na vida pública ou na privada, quais valores devem ser

estabelecidos dentro da família e no ambiente público. Os ensinamentos e estudos de Abraham Kuyper e Herman Dooyeweerd dialogam no presente trabalho, numa abordagem ora complementar e ora crítica – da parte do segundo autor –, na busca de apresentar um primeiro olhar sobre as suas ideias e o quanto podem contribuir para tais questões discutidas não só na academia, como em todos os âmbitos, havendo porém, esclarecimentos demonstrados sobre impressões não tão exatas e adequadas acerca de suas posições em escritos e discursos.

Considerando a realidade como um todo único e cheio de diversidade, completamente ordenado por um Criador, e entendendo que as estruturas da ordem cósmica são expressões da glória de Deus, não havendo nada fora de sua soberania, e reconhecendo que os aspectos da existência são diversos e absolutos, intentam as ideias dos pensadores holandeses escapar dos reducionismos, que tendem a empobrecer a vida e desequilibrar a sociedade na destruição das liberdades em relações tirânicas que insistem em surgir, tanto no campo das ideias como no das políticas públicas, em movimentos individuais e coletivos. O próprio conceito de soberania tem sido disputado ao longo dos séculos e a posição soberana objeto da mais acirrada competição, e por que não dizer “peleja”? Tudo se dá, como ficará mais claro, porque o homem, em sua busca religiosa humanista por independência, e nutrido um ideal irrealista de dominação sobre o *cosmos*, cerra o punho em direção ao Criador e se recusa a lhe dar graças, na auto-ilusão de que se pudesse fechar os punhos, ou mesmo existir, ainda que em rebeldia, sem a graça de Deus em todos os aspectos de uma só vez.

A teoria das esferas de soberania compreende a organização da vida e da sociedade humana, não como em um escalonamento ou hierarquia de poderes que reduzem instituições a partes de outras, formando uma uniformidade de um grande e único poder, descendente dos mais altos pontos aos mais baixos, a exemplo do que entendia Aristóteles, em sua pirâmide social, ou mesmo Tomás de Aquino e toda a escolástica, também não admite que formações humanas de naturezas distintas intervenham, em regra, em outras, como a Igreja institucional, ou o Estado, que não pertencem ao campo científico, realizando intervenções na Universidade, por exemplo. Aliás, é este o princípio sobre o qual se funda a Universidade Livre de Amsterdã. A teoria desenvolvida pelo Dr. Kuyper respeita a liberdade humana e compreende a organização humana através das esferas de soberania, que devem ser respeitadas, segundo a sua natureza e princípio fundantes, para que seus

objetivos sejam buscados e alcançados em máxima liberdade, não sendo as esferas partes umas das outras, ou partes de um todo que atomiza as relações sociais. Nas palavras do próprio Kuyper:

A universidade exerce domínio científico a academia das belas-artes possui o poder da arte; o grêmio exerce um domínio técnico; o sindicato governa sobre o trabalho – e cada uma destas esferas ou corporações está consciente do poder de exclusivo julgamento independente e ação autoritária dentro de sua própria esfera de operação (2014, p. 102).

É com o objetivo de debater e tornar conhecido o pensamento e a Filosofia da Ideia de Lei, bem como a teoria das esferas de soberania, em meio a um contexto em que as instituições competem por demarcações de espaços para o exercício de suas liberdades, e em que aspectos de campos distintos confundem as relações humanas, o relativismo paira buscando a retirada de todo o sentido e os universais são descreditados no campo da filosofia, que surge o presente trabalho. É obedecendo o critério da observação da realidade e de sua existência e sentido, respeitando e celebrando cada um de seus modos, que teoria aqui apresentada como um primeiro vislumbre tem sido desenvolvida por muitos pensadores ao redor do globo, sempre reconhecendo os limites cognitivos do ser pensante – o homem – que se presta ao sacerdotal empenho do estudo, bem como as fronteiras das diversas ciências e o alcance e função requeridos da filosofia.

A importância do presente empenho se faz, portanto, na necessidade de uma teoria realista da sociedade, que considere todas as suas vocações e respeite todas as áreas do conhecimento e da vida para uma busca da máxima expressão das liberdades, em conformidade com a realidade, bem como a solidariedade e paz sociais, apontando o que seria um princípio de caminho de prosperidade para o ser humano em suas buscas mais íntimas e particulares, bem como, nas trajetórias mais simples e comuns, como é a vida social corriqueira. Há necessidade de que, para a manutenção da paz e das liberdades, ocorra, primeiramente, um reconhecimento dos limites, definições e formas das várias esferas de soberania, para que a realidade não mais se contraponha às necessidades e buscas humanas, nas suas múltiplas expressões. Devendo-se antes de tudo, entender, o que é soberania, qual a sua origem e como se dá seu exercício; entender como se estrutura a realidade; e então compreender como se relaciona a soberania com a estrutura da realidade, para a máxima expressão da riqueza plena das vocações humanas em liberdade.

2 CONCEITO DE SOBERANIA

Em seu discurso inaugural na Universidade Livre de Amsterdã, em 20 de outubro de 1880, traduzido para a língua inglesa por George de Kamps, Abraham Kuyper se propõe a demonstrar a importância daquela instituição que surgia, ao passo que dissertava acerca de seu conceito Esferas de Soberania (Sphere Sovereignty). Antes disso, Kuyper explica o que seria soberania. Assim diz: “O que é Soberania? Você não concorda comigo quando descrevo isto como: A autoridade que tem o direito e o dever para exercitar o poder para quebrar toda a resistência a sua vontade e para vingar tal resistência?” (KUYPER, 1880, p. 30, tradução nossa). Ele continua dizendo que tal soberania não pode ser exercida senão pelo próprio Deus Triúno, como o único e absoluto soberano, que delega sua autoridade a seres humanos, de tal forma que não se encontra o próprio Deus, talvez de forma direta, nas coisas visíveis, mas essa autoridade que é sempre exercida através de um ofício carregado por homens (KUYPER, 1880).

Ainda no seguimento de seu discurso, o orador retoricamente questiona como funciona essa delegação de autoridade, se o que ele chama de “soberania de Deus que a tudo abraça” (tradução nossa) seria delegada de forma indivisível, ou seja, completa, inteira, a um único homem, ou se um soberano terreno possuiria o poder de forçar obediência apenas em um círculo limitado, e restrito por outros círculos nos quais outro seja soberano, ou seja, se na terra a autoridade soberana seria inteira, em todos os aspectos, dada a um soberano e por ele exercida, ou se tal autoridade seria dada para ser exercida dentro de um círculo, ou esfera de soberania fronteira com outras nas quais autoridades diversas governassem no exercício de tal soberania. A resposta, então, variaria, a depender de quem responde, se este está fora ou dentro da esfera da Revelação, das Escrituras Sagradas, da Bíblia, como Revelação dada pelo próprio Deus (KUYPER, 1880).

De acordo com o líder holandês e fundador da Universidade Livre de Amsterdã, em tempos antigos, para os que não tiveram uma revelação especial, a soberania permanece indivisível, penetrando todas as esferas da vida. Ele afirma que, em tal visão, o Estado exerce um governo ilimitado, eliminando pessoas, sua vida, seus direitos e até sua consciência e fé. Ele ordena uma explicação na qual o Estado teria alcançado uma admiração por conta da unificação de suas forças em contraste com as dos deuses, num passado pagão, que acabavam por ser

numerosos e tendo seu poder dividido. A unificação das forças no único Estado ilimitado acabava por fazer deste mais majestoso e imponente que qualquer outra força, e conseqüentemente, o cesarismo teria expressado tão grande vigor, dado que César acabava por incorporar em si o próprio Estado. Uma vez que este César-Estado plenamente soberano e exaltado era mais admirável e demonstrava maior força que os deuses, acabou se fazendo a si mesmo “Deus”. Seguir-se-ia assim, com esse soberano ilimitado, irresistível e todo-poderoso, uma crença, paixão e objetivo de dominação mundial. Kuyper parece estar tentando dizer que o Estado ganhou tão grande notoriedade em demonstração de força e poder que se criou e se nutriu a crença de que poderia dominar para além de seu próprio território e tomar todo o mundo debaixo de seu governo ilimitado, ao que chamou de ideia profundamente pecaminosa, tendo o cesarismo como o próprio culto desse deus, *Divus Augustus!* o que, diz ele, só veio a ser analisado dezoito séculos depois, pelo sistema hegeliano (KUYPER, 1880).

Entretanto, no tocante à soberania de Deus sobre tudo o que está acima, isto seria além do alcance do homem. Sua soberania sobre a natureza está além do poder do homem. Ela está ainda sobre o destino, sobre a própria história, e existe e se dá com ou sem a presença humana e mesmo além da vontade ou ação humanas. Para aqueles que recebem a revelação especial e que reconhecem a presença do Deus Triúno no mundo, o único que exerce a soberania ilimitada, indivisível e inquebrantável de Deus sobre tudo é o Ungido, o homem-Messias, o Cristo:

E quando aquele homem-Messias fez sua aparição, com poder no céu; com poder sobre a natureza; consciência, também sobre a fé; mesmo os laços entre a mãe e o filho, devem dar caminho quando Ele demanda obediência. Esta então, é a Soberania Absoluta; dominando todas as coisas visíveis e invisíveis; todo o que é tanto espiritual quanto material; tudo colocado nas mãos de um homem. Não um dos reinos, mas o Reino Absoluto (KUYPER, 1880, p. 5, tradução nossa).

Portanto, a soberania perfeita e absoluta do Cristo sem pecado é em si a negação de qualquer ideia de soberania absoluta do homem pecador. Isto então se dá na divisão da própria vida humana em esferas, e cada esfera com sua própria soberania (KUYPER, 1880). Importante acentuar que o conceito de uma vida humana em esferas é criacional, ou seja, da ordem da criação divina, e não um mero produto da vontade humana, pois ainda quando tal vontade opera, é debaixo da soberania de Deus, que a tudo tem sob Seu controle e que apenas amplia tal

criação, ou em certo sentido, “revela” a criação ao longo da história. O fato é que a complexidade da vida humana não poderia admitir outra forma de “florecimento”, outro modo de se expressar. Desta feita, ao longo do processo histórico, da mesma maneira que a natureza se diferencia em uma multiplicidade de formas, também a sociedade humana sofre suas diferenciações no que Dooyeweerd chama de “processo de abertura” dos relacionamentos sociais humanos. Assim como surge uma maior complexidade de órgãos nos organismos, surgem também diferentes “órgãos” culturais. As sociedades mais primitivas podem ser vistas como organismos unicelulares. Com o processo histórico vão surgindo diferenciações que correspondem às próprias múltiplas expressões da vida humana (KALSBECK, 2015). Explica o professor Herman Dooyeweerd:

Este processo de vir-a-ser em todos os seus aspectos revela um desenvolvimento orientado por leis de uma fase indiferenciada para uma diferenciada. O desenvolvimento orgânico da vida tem início na célula germinativa ainda indiferenciada a partir da qual, gradualmente, os órgãos se diferenciam separadamente. A vida física de uma criança recém-nascida é ainda completamente indiferenciada e, gradualmente floresce em uma diferenciação de sentimento sensório, sentimento lógico, sentimento pela linguagem, arte, justiça, etc. O curso do desenvolvimento social humano é similar. Aqui também há formas indiferenciadas que, no tempo, em um longo processo de desenvolvimento histórico, vêm a se diferenciar nas variadas estruturas sociais. Em seu aspecto histórico essa diferenciação se dá por uma “ramificação” cultural em direção às esferas de poder individualmente caracterizadas da ciência, arte, Estado, iniciativa econômica, escolas, organizações voluntárias, etc (DOOYEWEERD, 1963, p. 76f. *apud* KALSBECK, 2015, p. 110-111).

Dooyeweerd é considerado por muitos o principal sucessor de Kuyper e expensor de vários de seus conceitos. Em seu discurso como Reitor, em 20 de outubro de 1950, na Universidade Livre de Amsterdã, quando aquela instituição completava 70 anos de sua fundação, o filósofo que concebeu a Teoria Cosmonômica (adiante apresentada) expôs uma análise sobre a disputa do conceito de soberania. Em sua fala, o pensador reformado, ao observar o contexto medieval e o conceito de soberania de Bodin, afirma que após a queda do Império Carolíngio a sociedade ocidental apresentava uma superestrutura eclesiástica e uma infraestrutura secular fragmentada e indiferenciada. Nesse tempo, a unidade e coordenação era mantida pela hierarquia da Igreja Católica Romana organizada, mas a infraestrutura secularizada, fragmentada e indiferenciada era organizada em dois padrões, a saber, o padrão de guildas e o de relação *mundium*, a primeira uma

imitação artificial da *sib*¹ germânica antiga e a segunda uma imitação enfraquecida, até certo grau, do antigo poder doméstico absoluto germânico de mesma nomenclatura (DOOYEWEERD, 2014).

Prosseguindo, ele expõe que o poder governamental poderia ser comercializado, constituindo-se em uma *res in commercio* e não uma *res publica*, o que quer dizer que os detentores daquele, os senhores soberanos, poderiam dispor do mesmo com grande liberdade. Tal poder governamental era sempre exercido por alguém que o detinha, fosse um indivíduo ou corporação, sendo ainda inviolável. Um Estado real não evoluiria na sociedade das guildas² (DOOYEWEERD, 2014), e muito menos o conceito de esferas de soberania poderia aí aplicar-se, quando tais organizações cobriam quase a totalidade da vida de seus membros, de maneira determinante, possuindo até mesmo um poder armado próprio (KALSBECK, 2015). O autor explana que a ideia de *res publica* não se efetivou na Idade Média, nesse período ela não teria extrapolado o campo teórico nas mentes dos juristas, estudiosos da filosofia aristotélica-tomista e do Direito Romano³. A ideia, portanto, não teria tido como base a realidade social que se podia presenciar e experienciar na época. Nesse contexto, o conceito de soberania de Jean Bodin, base para sua concepção de Estado, não podia ser praticado, vez que reivindicava para o chefe de Estado soberano o controle exclusivo da criação do direito, não havendo sequer uma limitação do interesse público para essas organizações que exerciam tanto poder sobre a vida humana em sociedade (DOOYEWEERD, 2014).

Entretanto, de acordo com Dooyeweerd, embora fosse a doutrina de Bodin reconhecidora de certas limitações ao exercício do poder do soberano – pois constrangido tal poder pelo dos tratados (contratos) – era centralizadora, e a diferenciação da sociedade trouxe a diferenciação também do direito. Com isso a teoria se mostra apenas como dogma político:

Todavia, a doutrina da soberania de Bodin, que era favorável à política de centralização burocrática da monarquia absoluta, anulou seu próprio objetivo, a saber, a monopolização do poder governamental, pois tão logo o processo de diferenciação da sociedade é realizado, e o Estado monopoliza o poder governamental, verifica-se, ao mesmo tempo, que a evolução do direito passa por uma diferenciação que não pode ser forçada na estrutura da esfera legal do Estado. A doutrina de que todo o direito positivo encontra

¹ Formação coletiva de pessoas que possuíam um ascendente em comum.

² Eram formações sociais vistas por Dooyeweerd como imitações artificiais das antigas *sib* germânicas, presentes na sociedade indiferenciada da Idade Média, que possuía poder governamental livre para ser comercializado.

³ O autor parece se referir aqui à chamada “família romano-germânica”.

sua fonte legal na vontade do soberano prova ser, então, um dogma político, no sentido pleno da palavra, que está em completo desacordo tanto em relação ao sentido geral de todo o direito quanto com relação à rica variedade estrutural da sociedade (DOOYEWEERD, 2014, p. 104).

Johannes Althusius, considerado um predecessor de Kuyper e gênio calvinista que teria observado bases importantes para muitas ideias relacionadas às esferas de soberania, esmerou-se, ainda no século XVII, em uma teoria social fundada no reconhecimento da ordem divina e na multiplicidade de relações humanas que se davam em estruturas próprias, diferenciando-se elas à medida que a família crescia, afastava-se e retornava ao convívio coletivo, agora vivendo de maneira cada vez mais complexa, criando novas associações no que ele considerou uma simbiose, que se afasta da estrutura apresentada pelo escolasticismo e aristotelismo, pois nessa vida de associações variadas, que envolveriam a comunicação de bens (*res*), serviços (*opere*) e direitos comuns (*jura*), cada associação teria uma *lex propria*, ou seja, atos com os quais cada uma dessas formações seria governada, particularizando-se nas associações, de acordo com a natureza de cada uma, e existindo ali um governo próprio, que teria o mando e o ofício de manter ilesos os governados e fazê-los alcançarem seu fim, i. e., cuidando bem dos que são governados, mandados (ALTHUSIUS, 2003).

Acerca de Althusius, declarou Herman Dooyeweerd, em seu discurso como reitor da Universidade Livre de Amsterdã, por ocasião do septuagésimo aniversário daquela instituição, que se deveria reconhecer perpetuamente a importância da sua teoria na exposição de uma concepção de estrutura que reconhecia a ordem divina no que ele apontou como “caráter intrínseco das órbitas da vida social”, e a *lex propria* de cada uma dessas órbitas, não devendo, qualquer delas, ser derivada de nenhuma outra, nem mesmo das chamadas *societas perfectae*, referindo-se à igreja e ao Estado. Todavia, pensava poder ela necessitar de aparato científico para alcançar uma análise mais profunda das estruturas sociais. Afirma ele que embora tenha havido um afastamento do conceito medieval, permaneceram os métodos esquemáticos uniformes do direito natural, não logrando resistir a Bodin e sua concepção de soberania, no âmbito do direito laico (DOYEWEERD, 2014). Na visão de Bodin: “a característica essencial da soberania residia na competência absoluta ou num poder que não estivesse limitado por fronteiras jurídicas positivas” (DOOYEWEERD, 2015, p. 179). Todas as regras positivas da lei teriam sua validade

derivada unicamente da vontade do governo, embora houvesse um comprometimento hipotético deste com a lei divina e natural (DOOYEWEERD, 2015). Tal doutrina política era comprometida com a busca de um conceito humanista de liberdade e com o absolutismo e, procurando um método rigoroso e até matemático, prevaleceu, embora não fosse de fato bem fundamentada numa investigação consciente da natureza e da estrutura interna do organismo do Estado, tampouco de outras esferas da vida, ignorando a ordem divina da criação, como era o interesse político que a influenciou (DOOYEWEERD, 2014).

Três funções principais teria a doutrina de Bodin, segundo Herman Dooyeweerd, a saber, estabelecer as fronteiras entre o Estado e as demais esferas da vida, sendo elas políticas ou não; definir o conceito de direito positivo como vontade certificada do legislador; e definir a relação entre as diferentes esferas de competência na criação do direito, sendo tais dependentes de uma única esfera de competência original, qual seja, o Estado soberano, em virtude de seu poder legislativo (DOOYEWEERD, 2014). O conceito de Bodin teria passado então para as mãos de Hugo Grotius, não somente um seguidor de sua concepção, como também representante do “humanismo bíblico” e fundador da teoria humanista da lei natural, um dos mais importantes emblemas da modernidade (DOOYEWEERD, 2015). Pelas mãos de Grotius a apresentação da sociedade se teria dado através de um parâmetro geométrico de um grande conjunto, cujos elementos eram os indivíduos unidos num contrato social de natureza jurídica, desenvolvido na doutrina humanista que constituía um Estado a partir desse contrato de indivíduos naturalmente livres e iguais. Haveria ainda, na maioria desses casos, uma autoridade que complementaria a relação – caso do contrato de sujeição –, e até um terceiro contrato que estabelecia a forma de governo. O conceito de soberania, aponta Dooyeweerd, ganha sua forma mais consistentemente absolutista com o “Leviatã”, de Hobbes, e através da *volunté généralité* de Rousseau, que o autor ironiza ao chamar de infalível (DOOYEWEERD, 2014).

Ainda demonstra que o conceito de soberania de Bodin não seria seu único legado, sua concepção de legislação e costume também foram bem assimilados pelos teóricos nessa tentativa de demolição dos alicerces medievais e construção de uma sociedade que se deixava guiar, ou mesmo ansiava, por uma suposta liberdade do homem, que se agrupava num contrato social. Essa nova ordem não aceitaria outra lei ao lado do *ius publicum* e da lei civil – aqui traduzidas no direito estatal –,

ficando à tarefa do legislador elaborar o direito positivo em códigos que fossem exaustivos. O direito consuetudinário, por ser um dos grandes bastiões da sociedade feudal, era agora condenado e rejeitado. Então, com John Locke, viria a ideia liberal, que num enfoque humanista, criticou o conceito absoluto de soberania e a ele se opôs, criando uma forte distinção entre Estado e sociedade e a teoria da divisão de poder, que se definiria definitivamente nas mãos de Montesquieu⁴, pela doutrina do *trias politica*. Esta também contribuiria para o enfraquecimento do dogma da soberania (DOYEWEERD, 2014). Bem verdade que o grande inimigo a ser esmagado pela Modernidade era a sociedade feudal indiferenciada da Idade Média, entretanto, o conceito de soberania moderno buscou posicionar todas as esferas da vida debaixo do Estado, que visava guiar o processo inteiro de diferenciação para manter-se absoluto e soberano, encontrando como maior opositor a igreja institucional, uma das mais importantes expressões de diferenciação social (DOYEWEERD, 2015), e que tentara governar o mundo inteiro (KUYPER, 2014).

A instituição eclesial no contexto católico romano, em que se confundia a igreja invisível com a visível, sob o pontífice, buscara ainda submeter toda a vida ao seu senhorio. No cenário luterano, a presença dos magistrados e a *curius eius religio*⁵ consagrava uma igreja do Estado (KUYPER, 2014). Ante os conflitos da Reforma e os que a ela se seguiram no âmbito da igreja, não houvera alternativa ao humanismo político com seus ideais e métodos de busca de paz social senão a intervenção nos assuntos internos da igreja, com vistas a forçar uma espécie de tolerância, que pudesse devolver a paz e a unidade no corpo político (DOYEWEERD, 2015). O Estado, contudo, não parou por aí, e com o anseio liberal ainda buscava controlar até mesmo a educação (KOYZIS, 2014). Assim, as diferenciações foram, muitas vezes, defendidas contra modelos menos diferenciados, mas não sem uma busca de tirania e controle de uma esfera da vida sobre as demais. A teoria humanista, e suas acepções do direito natural, culminaria com a Revolução Francesa (DOYEWEERD, 2014).

Dirá Kuyper que a Revolução Francesa que se seguiria seria movida por um espírito de rebeldia contra o Deus Criador, impulsionada por uma busca da afirmação da soberania popular, destronando o Deus Soberano e assentando em

⁴ Charles-Louis de Secondat, barão de La Brède e de Montesquieu.

⁵ Provavelmente Kuyper se referia a *Cujus regio, eius religio*, que determinava que de quem fosse a terra também fosse a religião. O príncipe que ali governasse determinava a religião do povo.

seu lugar o homem, com seu “livre arbítrio”, em uma recusa a qualquer causa mais profunda para a vida política que a encontrada na natureza – o próprio homem. Do homem individual partir-se-ia para a maioria desses homens, compreendida como “o povo”, no qual estaria oculta a fonte mais profunda de toda soberania. Em tal ideia o povo não recebe a soberania de Deus, mas afirma sua própria vontade soberana, ou seja, esta vontade seria a fonte de toda soberania. O próprio lema da Revolução é uma confissão absoluta de infidelidade ao dizer: “ni Dieu ni maitre⁶” (KUYPER, 2014). E as palavras do próprio orador não podem ser mais acertadas sobre o espírito daqueles dias:

Aqui afirma-se que em todo lugar e em todos os estados uma soberania original pode proceder somente do próprio povo, não tendo raiz mais profunda do que a vontade humana. Portanto, é a soberania do povo, o que é perfeitamente idêntico ao ateísmo. E aqui encontra-se sua auto-humilhação. Na esfera do Calvinismo, como também em sua *Declaração*⁷, o joelho está dobrado diante de Deus, ao passo que diante do homem a cabeça está orgulhosamente erguida. Mas aqui, do ponto de vista da soberania do povo, o punho está desafiadoramente cerrado contra Deus, enquanto que o homem humilha-se perante seus semelhantes, dando falso brilho a esta auto-humilhação pela ficção ridícula de que, milhares de anos antes, homens de quem ninguém tem qualquer lembrança determinaram um contrato político ou, como eles o chamam, “Contrato Social” (KUYPER, 2014, p. 95).

Dooyeweerd dirá que Kant, seguindo passos de Hume, toma o ideal clássico de ciência e a concepção mecanicista da natureza e os restringe ao que pode ser percebido pelos sentidos, os fenômenos de percepção sensorial, pois não deixou a linha de pensamento racionalista e individualista do Iluminismo. Ainda continua ele com a visão do Estado como um agregado de indivíduos, que por sua vez, estariam unidos debaixo das normas naturais e legais, por um contrato social. O ideal moderno de ciência estava aplicado à teoria social e até mesmo à moral, não permitindo uma noção de individualidade irreduzível verdadeira das coisas, pois todos os fenômenos complexos eram entendidos como redutíveis aos seus mais simples elementos, havendo sobre estes um determinismo completo das leis universais. Teriam surgido então, em reação a esse modelo, o Romantismo e o movimento Tempestade e Ímpeto (Sturm und Drang), que não se conformavam com a ideia racionalista e individualista de personalidade, pondo-se contrários a Kant e

⁶ “Nem Deus nem senhor” (tradução nossa).

⁷ Aqui Kuyper, direcionado ao seu público durante a exposição, refere-se à Constituição dos Estados Unidos da América, e não à Declaração de Independência, como se pode imaginar.

rejeitando um *autos*⁸ humano perdido no *nomos*⁹. Os românticos, ridicularizando a “moral burguesa”, teriam proclamado que o *nomos* deveria ser entendido como oriundo da individualidade integral do próprio *autos*, o que, se tomado realmente em conta, se realmente conduzido às últimas consequências, significaria que a lei deveria ser inteiramente individual, seguindo a disposição vocacional de cada pessoa. O entendimento irracionalista romântico, caminhando, cada vez mais, na direção da eliminação de toda lei civil, de todo conceito universal, precisou encontrar um novo limite para as liberdades individuais que não fosse provindo de nenhuma lei moral universalmente válida. A saída encontrada foi, então, considerar o indivíduo como membro de uma comunidade abrangente, que, de modo único, possuísse uma personalidade e disposição individuais (DOOYEWEERD, 2015).

Prossegue Dooyeweerd dizendo que na visão irracionalista que se seguiu, o indivíduo era convidado a ser livre dentro de uma grande comunidade espiritual da humanidade, diferenciada, por sua vez, em uma variedade de comunidades individuais parciais, como as nações e povos de todo o mundo. A tentativa de libertar a individualidade dos parâmetros do ser humano universal indistinto e titular de direitos individuais, teria atrelado essa definição de personalidade individual aos grupos dos quais era membro o sujeito, e até mesmo considerando-a a partir de sua “membresia”. Se no humanismo a disposição racional individual do homem é lei para ele próprio, agora a disposição irracional do homem e a sua própria essência não poderiam ser apreendidas em uma forma de entendimento universal, mas deveriam ser entendidas como lei para o próprio indivíduo. A ética atribuída à burguesia e a moral universal começam a ser rechaçadas por uma “ética do gênio”, e a figura de um gênio, como Bonaparte, escaparia a qualquer tentativa de julgamento a partir de padrões universais. Um ponto de intersecção entre o que Dooyeweerd aponta como “idealismo de liberdade pós-kantiano” e o Romantismo é o apego à ideia de “comunidade da humanidade”, que sendo supratemporal e eterna, manifestava-se no tempo através de suas partes: as comunidades nacionais individuais (DOOYEWEERD, 2015). Os nacionalismos serão expressões emblemáticas desse comunitarismo, ora cívico, ora tribal (ARENDT, 1989) e apelará para as fronteiras nacionais no Novo Mundo, e para a constituição étnica no Velho (KOYZIS, 2014),

⁸ Refere-se à individualidade, ego.

⁹ Regra para conduta humana, que, para Immanuel Kant, referia-se à lei moral universal, e para os românticos deveria encontrar um novo fundamento.

Kuyper critica os discursos nacionalistas na Europa e suas teses racistas afirmando que o fluxo do progresso humano deu-se, de fato, sempre que os povos se mesclavam, e não quando tomavam o caminho do isolamento, e nem mesmo as famílias reais da Europa podiam reivindicar representação do ideal de pureza, dada a sua mistura ao casarem seus descendentes com herdeiros e monarcas oriundos de outros povos (KUYPER, 2014). Dooyeweerd, entretanto, teve sua crítica aos cristãos que aderiram ao discurso oriundo do universalismo, explicando que tal sistema de pensamento é essencialmente antibíblico, pois a interpretação que davam alguns cristãos ao fato de ter Deus criado a humanidade toda “de um sangue” como base para sua adesão a tal movimento não se sustentava. As bases genéticas da origem corpórea da humanidade não esclareciam sobre o caráter interno e a estrutura das esferas temporalmente distintas da vida em que fomos colocados pelo Criador. Ele denuncia que mesmo o próprio Kuyper fora enredado pelo discurso universalista, o que teria tido um impacto sobre a teoria das esferas¹⁰ em sua época, causando um desvio (DOOYEWEERD, 2015). As palavras de Dooyeweerd, que serão esclarecidas mais à frente, ao se falar da natureza do Estado, expõem sua percepção de que a teoria das esferas se havia desviado com o tempo, de sua concepção inicial como apresentada. Aqui divergem os autores “pais” da Universidade Livre:

Seja qual for a obra em que Kuyper tenha seguido essa orientação universalista, ele provou ao mesmo tempo ser mais uma vez suscetível à teoria universalista da “comunidade nacional” entendida como um todo individual que abarca todas as esferas da sociedade humana. Então a doutrina da soberania das esferas sofreu uma mudança, na qual o claro contorno bíblico do seu famoso discurso *Soberania das esferas*¹¹ dificilmente podia ser reconhecido (DOOYEWEERD, 2015, p. 204).

Movimentos conservadores do século XIX, entretanto, buscariam agora “produzir” nações, povos (KOYZIS, 2014). Com a queda do Império Napoleônico, época agora da chamada “Restauração”, a doutrina da soberania passa a ser associada ao princípio da legitimidade e ao princípio monárquico, negando a ideia de contrato como proposta pela doutrina do direito natural. O movimento histórico e conservador de Restauração influenciou uma inflexão que agora enfatizava os direitos históricos das dinastias tombadas na revolução que se dera na Europa. O

¹⁰ A teoria de origem calvinista é objeto de análise mais adiante.

¹¹ É o discurso de 1880, já citado, em ocasião da inauguração da Universidade Livre de Amsterdã, *Souvereiniteit in eigen kring* (Amsterdã: J. H. Kruyt, 1880).

artigo 57 do Tratado Final de Viena consagrou o poder do príncipe soberano, com base em direitos históricos, e com fundamento nisso, uma suposta plenitude de poder, que estava acima da constituição, garantida pelo príncipe, como documento formal. O poder soberano, por autorrestrrição voluntária, contava com cooperação dos estamentos ou mesmo do parlamento, para o exercício do poder legislativo. A soberania real já não se limita às *lois fondamentales* do reino, constituindo o primeiro golpe à Bodin e sua ideia de monopólio do legislador soberano. Salienta Dooyeweerd a influência que teve o movimento irracionalista e universalista do idealismo pós-kantiano, movido por um motivo-liberdade¹², com destaque ao idealismo transcendental de Schelling (DOOYEWEERD, 2014).

Em contraposição ao modo de vida individualista dos racionalistas do direito natural, que buscavam um modelo inalterável e universal de sociedade e a visão desta como um agregado ou conjunto de indivíduos livres e iguais, veio a concepção de um todo orgânico com suas partes. O indivíduo livre era agora visto a partir de sua pertença a uma comunidade natural individual que recebia, por sua vez, uma personalidade coletiva e a ênfase era posta no: “caráter orgânico do desenvolvimento histórico de uma cultura que tem sua verdadeira origem no caráter nacional individual ou *Volksgeist*” (DOOYEWEERD, 2014, p. 110). O ideal racionalista e individualista foi, de acordo com Dooyeweerd, contraposto por um irracionalista universalista. Surge assim o historicismo, com a ciência histórica em lugar mais relevante, e Friedrich Carl von Savigny e sua Escola Histórica do Direito, apregoam ser o direito um fenômeno que emerge na evolução histórica de maneira orgânica – sem ser intencionalmente criado –, a partir do espírito individual ou da convicção do povo. Deste modo o direito natural tem seu adversário no *Volksrecht*, que não se originava em um legislador soberano, mas na propensão normatizadora do povo. Agora a legislação teria caráter secundário ao direito consuetudinário. O ramo germanista da Escola Histórica rejeitaria o papel do Direito Romano ao redescobrir institutos medievais germânicos do direito. O Direito Romano é dado como “individualista” e o germânico como de fundamentos “sociais corporativos”, e

¹² Termo do autor para designar o motivo religioso com o qual estavam comprometidos os indivíduos que elaboravam o pensamento teórico humanista em sua busca da afirmação da autonomia completa do homem desprezando a participação ou mesmo a existência de Deus.

seguiu-se que as corporações foram vistas como fonte original e formal do direito. Além disso os germanistas descobriram as *Sozialrecht*¹³ (DOOYEWEERD, 2014).

Em que pese a crítica de Dooyeweerd ao seu predecessor, Kuyper teceu seu comentário sobre a Escola Histórica do Direito, como a segunda alternativa do modernismo contra a soberania de Deus:

Não é de admirar que, desde os dias de De Savigny e Niebuhr, a Alemanha científica tenha se libertado desta fictícia soberania do povo. A Escola Histórica, fundada por aqueles homens eminentes, expôs ao ridículo a ficção apriorística de 1789. Todo historiador especialista a ridiculariza agora. Somente aquilo que eles recomendaram em lugar dela não traz impressão melhor (KUYPER, 2014, p. 96).

Um olhar desavisado poderá concluir que as palavras de Kuyper, em suas Palestras de 1898, parecem contradizer a análise de Dooyeweerd sobre o pensamento que imperou na França e aquele que se dará na Alemanha. Isso porque Kuyper refere-se ao “povo” como paradigma da soberania no pensamento francês, e ao “Estado” no alemão, enquanto seu “sucessor” enumera o “indivíduo” e o “povo”, respectivamente. Tal contradição não passará de aparente, vez que o contexto, observado por um leitor mais cuidadoso, expressará os sentidos buscados. O conceito de “povo” referido em Kuyper no âmbito francês é exatamente de um conjunto de indivíduos, assim como aponta Dooyeweerd para o conceito de “sociedade” no mesmo contexto. Kuyper torna evidente, no entanto, que o aglomerado considerado “povo” no pensamento francês era de uma maioria de indivíduos, enquanto Dooyeweerd não afirma categoricamente essa “maioria”, mas parece referir-se a todos os indivíduos quando fala de “sociedade”. Ao pontuar a superação do conceito de soberania do povo na Alemanha, Kuyper toma o “povo” como concebido no intelecto francês para demonstrar o triunfo da Escola Alemã sobre a francesa nesse aspecto, embora, como visto em suas palavras, não creia que a alternativa alemã seja melhor.

Explica Dooyeweerd que Gierke perceberia em tempo que os resultados daquele pensamento alemão levariam à derrocada do direito civil e do conceito de Estado e, por isso, manteve um compromisso com o direito natural. O direito individual foi posto ao lado do direito das corporações que havia sido descoberto. Para manter esse equilíbrio, teria Gierke pensado o Estado, agora, numa concepção

¹³ Dooyeweerd usa o termo significando um direito interno das corporações. O autor aponta as corporações como indiferenciadas, com um direito indiferenciado por sua vez.

“orgânica”, que compreendia o governo e o povo. O Estado é apresentado, por um lado, como uma personalidade própria, por ser um “organismo espiritual”, e por outro, como uma comunidade estruturada. A soberania não pertenceria ao povo e nem ao governo, e este só exerceria o poder soberano como um “órgão” desse Estado visto como uma corporação. Foi desse modo, na visão de Dooyeweerd, que nasceu a doutrina da “soberania do Estado”. Segundo ele, Gierke teria percebido uma distinção da esfera do Estado ante as demais, sendo aquela uma organização soberana do poder, constituindo-se como autoridade local (*Gebietskörperschaft*), e não como associação (*Genossenschaft*), pois este último seria aplicado às esferas não políticas. Deste modo se teria transferido da esfera legal para à esfera histórico-política o conceito de soberania (DOOYEWEERD, 2014).

A soberania não é interpretada como essencial ao Estado por Gerber, Laband e Jellinek, pois nestes houve uma ruptura com o direito natural, e por Hugo Preusz, discípulo do próprio Gierke, eliminada de vez, como um conceito correlato necessário daquele conceito individualista de personalidade, que, assim como o de soberania, seriam, em sua análise, oriundos do Direito Romano (DOOYEWEERD, 2014). Veja-se o que diz Dooyeweerd sobre o caso:

O conceito de soberania não mais se adapta a esse Estado constitucional. Se o Estado é, como tem exposto Gierke, uma pessoa corporativa orgânica dentre uma série de pessoas corporativas orgânicas, que podem ser integradas como membros de “pessoas” mais abrangentes desse tipo, então o problema das partes componentes do Estado Federal Alemão e da inserção desse Estado na organização das nações com base no direito internacional também pode ser resolvido. Em todos os lugares, o conceito de soberania atrapalhou a compreensão correta dessa questão (DOOYEWEERD, 2014, p. 116).

Continuando, expõe o autor da Universidade Livre que se as esferas sociais corporativas tinham autonomia como fonte formal original do direito, haveria de surgir alguma demarcação de competência, tanto para tais esferas como para o Estado. Mais ainda, em caso de um possível conflito a doutrina da soberania teria uma resposta clara sobre qual das esferas teria de ceder e qual prevaleceria, o que esta nova visão não conseguia responder. Gierke, não parece ter visto outra alternativa para dar resposta à questão senão que a vontade do Estado era soberana, prevalecendo contra qualquer direito corporativo autônomo. A tarefa de tentar criar um modelo social que eliminasse a soberania acabava por não encontrar seu fim, tendendo, no máximo, a substituir os sujeitos que a exercem, ou mesmo

buscar uma fonte diferente. Comentando ainda o problema apresentado com Gierke, a ala germanista da Escola Histórica e a doutrina tradicional, explicita que o conceito de soberania não podia ser eliminado, a não ser que fosse proposta uma solução outra para lidar com o problema da relação mútua das órbitas originais de competência no tocante à criação do direito (DOOYEWEERD, 2014). Surge a questão da natureza¹⁴ do problema apresentado:

A questão suprema nesse ponto é se isso deve ser considerado um problema intrínseco do direito ou uma questão histórica de poder.

A doutrina tradicional da soberania tem quase sempre colocado tal ponto como uma questão de poder soberano do governo a partir de um contrato voluntário – como a doutrina do direito natural tem proposto – tem, do mesmo modo, sido nada mais do que uma máscara jurídica para o motivo humanista de poder e de dominação (DOOYEWEERD, 2014, p. 117).

Para ele, isso teria originado um conflito entre poder e direito, que não seria resolvido nem pela abordagem “dialética” de Gierke, nem pela doutrina da autorrestrrição voluntária da vontade do Estado pela Lei, de Jellinek (DOOYEWEERD, 2014). Kuyper, ainda em comentário dos efeitos do pensamento da Escola Histórica, diz que a soberania do povo havia sido substituída pela soberania do Estado, sendo esta última produto do que ele chamou de panteísmo filosófico alemão. Quanto ao Estado e sua personalidade, diz ele que foi visto como um ser místico, dotado de um “ego oculto”, que aos poucos, desenvolveu uma “consciência” e uma “vontade” poderosa, esforçando-se para, de algum modo que não se podia vislumbrar ou saber, alcançar o seu mais alto propósito (KUYPER, 2014). Entretanto o conceito de povo empregado pelos pensadores daquela corrente não foi rejeitado pelo pai do neocalvinismo holandês, que via aí, pelo menos em algum sentido, um acerto, não deixando de denunciar, contudo, que o conceito de soberania do Estado desenvolveu-se com isso, alcançando um grau máximo:

O povo não foi entendido como sendo a soma total dos indivíduos como com Rousseau. Foi corretamente visto que um povo não é um agregado, mas um todo orgânico. Este organismo necessariamente deve ter seus membros orgânicos. Lentamente estes órgãos chegaram a seu desenvolvimento histórico. A vontade do Estado opera por estes órgãos, e tudo deve dobrar-se perante esta vontade (KUYPER, 2014, p. 96).

¹⁴ O próprio Dooyeweerd não costumava utilizar termos relativos à metafísica, como se verá na citação seguinte. O termo foi aqui escolhido para facilidade do entendimento do leitor, provavelmente mais familiarizado com tais expressões, dado o fato de a filosofia cosmonômica não ser muito conhecida na academia brasileira, sobretudo na Universidade Federal da Paraíba.

Tal soberania, assim concebida, qual seja, aquela relativa à vontade do Estado, poderia ter sua expressão numa república, monarquia, num ditador, déspota ou tirano, ou mesmo num César, sendo todas formas em que a ideia única de Estado incorporou-se, num processo infinito de estágios de desenvolvimento, de acordo com Kuyper. Segundo ele, o Estado, então, afirma sua soberania como esse ser místico. Segue-se que o direito se deu como produto desse Estado, não havendo transcendência alguma para a qual o oprimido pudesse recorrer para além desse ser soberano imanente, e assim, decorre que os universais que fundamentam o direito perdem-se, pois não há mais um parâmetro para além da palavra do Estado e a lei não mais estaria sujeita ao questionamento para além dela, visto que estaria correta pelo fato de ser a lei, valendo salientar a sujeição do Estado à mutabilidade. Além disso, explica o autor, que ao aceitar ser somente através de homens que esse Estado soberano misterioso se expressa e faz sua vontade cumprida, necessário se torna reconhecer que não se diferencia tal soberania daquela do povo no tocante ao fato humilhante de que um homem estará sujeito a um semelhante seu, nunca, porém, com base na elevada submissão motivada pela consciência, o domínio em que só o Cristo de Deus governaria (KUYPER, 2014).

Tentou-se evitar o conflito entre poder e direito, apontado por Dooyeweerd, na doutrina da soberania do direito (*Rechtssouveränität*), que voltar-se-ia, por sua vez, contra o conceito tradicional de soberania, seja na soberania do povo, do governo, ou mesmo do Estado. Teriam sido apresentadas três variantes dessa nova doutrina, a saber, a de Krabbe, sendo esta a psicológica; a de Kelsen, qual seja, o positivismo jurídico-normativista, e a de Duguit e Gurvitch, a saber, a sociológica. Contudo, as antinomias do conceito tradicional de soberania não seriam superadas por tais correntes, que indicavam o intento de fazer crer que os problemas aparentemente solucionados pelo conceito tradicional de soberania iriam desaparecer, como que “evaporando no ar”, simplesmente por se proclamar a ordem legal impessoal como soberana, em lugar do Estado, do governo ou dos povos. Todavia, sendo a ordem legal a face legal normativa do aspecto jurídico¹⁵ da sociedade humana, não se faz suficiente para portar a soberania, tendo em vista a grande variedade de diferenciações na sociedade contemporânea, que se destinam, também, a serem expressas em seu aspecto jurídico, e isto posto, não se poderia afastar tal doutrina

¹⁵ O aspecto jurídico é demonstrado como um daqueles nos quais a realidade se apresenta na ontologia dos aspectos modais explanada por Herman Dooyeweerd em sua obra.

de soberania do direito da questão da relação mútua de competências entre o Estado e as esferas outras da vida (DOOYEWEERD, 2014).

Questiona Dooyeweerd, então, qual variante desta face legal do aspecto jurídico, a saber, o direito, permanece no trono da soberania, ou seria legítima em reclamar tal soberania, se o direito internacional, se o constitucional, o eclesiástico, ou mesmo o empresarial. Diz ele que qualquer que fosse a variante a ocupar tal posto, uma das esferas da vida seria dotada de competência ou soberania absolutas sobre todas as outras, não se podendo conceber como um “poder legal real”, pois irrestrito pelo próprio direito. Tal conclusão faria ruir a própria doutrina da soberania do direito, havendo, portanto, a necessidade de se buscar uma nova saída para a celeuma acerca da competência jurídica, o que se deu em uma ideia de que tal competência seria atrelada a uma questão histórica de poder, que, por seu turno, rumava em um sentido contrário à verdadeira busca original da doutrina, que ansiava por salvar a independência do direito ante o poder. Prossegue o autor relatando que Gurvitch tentaria realizar tal feito ao dotar de soberania o que ele chamou de “comunidade suprafuncional” desorganizada da nação e a comunidade internacional dos povos, chamadas por ele de “as infraestruturas todo-abrangentes da sociedade”. Expressar-se-iam os aspectos especiais da ideia do direito nas comunidades funcionais, enquanto nas suprafuncionais soberanas, concebidas como indiferenciadas, haveria uma incorporação dessa ideia do direito em todas as suas formas (DOOYEWEERD, 2014).

Dooyeweerd critica a doutrina afirmando não haverem comunidades não organizadas com um caráter suprafuncional. Afirmar ainda ele que mesmo nas sociedades primitivas as esferas indiferenciadas são organizadas e estão condenadas ao desaparecimento ao passo que se inicie ali o processo de diferenciação. Gurvitch se vê então forçado a proclamar uma esfera corporativa diferenciada, qual fosse, o Estado, como representante exclusivo e intérprete vinculante da ordem legal absolutamente soberana daquelas todo-abrangentes comunidades suprafuncionais, o que culminará, principalmente em momentos de absolutismo, com a ruína da própria soberania do direito em face do poder, e consequentemente, com a queda da liberdade (DOOYEWEERD, 2014).

Nas palavras do autor:

Especialmente nos períodos de absolutismo estatal, em que a liberdade pessoal e a liberdade de outras esferas da vida correm grande perigo, tal

representante, de acordo com Gurvitch, deve ser o próprio Estado, que agora, devido à sua interferência usurpadora nas órbitas originais de competência das outras esferas da vida, ainda recebe a prerrogativa do “direito soberano”!

Nesse sentido, também na teoria da soberania do direito, a soberania engole o direito de tal forma que o motivo-poder predomina sobre o motivo-liberdade (DOOYEWEERD, 2014, p. 119).

Todos os conceitos humanistas de soberania, tanto na ciência jurídica como na ciência política, conclui Dooyeweerd, implicam a negação de órbitas originais de competência, material e juridicamente definidas, de várias esferas da vida, inclusive do Estado. Ademais, o direito positivo não pode ser, segundo ele, base de nenhuma esfera de competência original, pelo lógico motivo de que sua própria formação só pode ser dada a partir de uma competência original ou poder jurídico com tal finalidade. Também do direito positivo só se pode obter uma competência derivada, e em consequência disso, de fundação variável. Seria impossível escapar da competência original, por mais que se suba na escala de competências derivadas, que seriam formadas de acordo com as determinações do próprio direito positivo. Essa hierarquia encontrará necessariamente uma competência original. A questão que então emerge é acerca do que ocuparia o lugar de tal fundação, o que definiria materialmente o poder legal jurídico. Ao que o jus-filósofo de Amsterdã diria ser o princípio estrutural interno da esfera social na qual tal poder legal jurídico é executado, o qual seria independente de qualquer juízo humano. Tal poder jurídico original, isto é, não originado de qualquer outra esfera temporal da vida, poderia ser chamado de soberano, mas somente se tal conceito for tido como imediatamente circunscrito à sua própria órbita, o que o faria o oposto radical de todo o conceito de soberania que o humanismo construiu ao longo da história (DOOYEWEERD, 2014).

Portanto, o princípio de soberania em sua própria órbita não pode ser rejeitado, sob pena de se encontrar a tirania irrealista, porque corresponde à própria estrutura da realidade. A maneira da qual o Criador fez todas as coisas não pode ser desprezada de forma alguma, e esta feitura de tudo ocorre segundo leis estabelecidas sobre a realidade, em uma ordem cósmica que preserva uma unidade e diversidade de uma só vez. A soberania verdadeiramente absoluta está além da própria realidade e só pode nela ser exercida com justiça em obediência e respeito à própria ordem da realidade. Há de existir, portanto, uma base profunda no ser do mundo para compreender a realidade.

3 ONTOLOGIA DOS ASPECTOS MODAIS E AS ESFERAS DE SOBERANIA

A teoria de Amsterdã é demonstrada com base em uma ontologia, que, bem desenvolvida por Herman Dooyeweerd e seus sucessores, da filosofia cosmonômica, já aparecia nas palavras de Kuyper e até mesmo de Althusius. Johannes Althusius reconhecia que havia uma complexidade na vida e na realidade e indicava uma relação entre essa complexidade e uma diversidade com as diferentes associações, que, pelas necessidades dos homens, em uma simbiose, eram formadas. Para ele o homem precisaria viver em coletividade (ALTHUSIUS, 2003). Abraham Kuyper, além de pontuar o princípio criacional e a complexidade da vida, faz referências ao que seriam domínios diretamente arraigados aos conceitos das esferas. Falava, ademais, em um mundo moral, um mundo científico, um mundo do comércio, um mundo da arte, ou mesmo, um círculo da moral, um círculo doméstico, um da vida social, cada qual com seu próprio domínio, com sua própria soberania, dentro dos limites daquele domínio (KUYPER, 1880). Assim relacionar-se-iam os dois grandes nomes do neocalvinismo holandês:

O próprio Kuyper deu o primeiro passo em direção à teoria dos aspectos modais de Dooyeweerd. Junto com a validade do princípio de esfera de soberania para os domínios da vida “pessoal, familiar, educacional, social e eclesiástica”, Kuyper mencionou “um domínio do pensamento em que somente a lei da lógica pode reinar, um domínio da consciência, no qual nenhum outro além do Deus Santo pode fornecer os mandamentos e, finalmente, um domínio da fé, dentro do qual a própria pessoa é soberana, consagrando a si mesma nas profundezas do seu ser por meio da fé.” (KALSBECK, 2015, p. 83).

O projeto neocalvinista de Dr. Kuyper desdobrou-se em um sentido teológico, com suas implicações políticas e sociológicas. Poder-se-ia dizer que Herman Dooyeweerd concentrou-se em elaborar uma teoria ontológica mais ampla, a partir de tal sistema, que tivesse uma capacidade articulativa para trabalhos a serem desenvolvidos em diversos campos do conhecimento. Deste modo, as esferas de soberania teriam sido base para os aspectos modais de uma ontologia modal (REICHOW, 2019). Poder-se-ia dizer que o filósofo neocalvinista da teoria das modalidades da experiência, aprofundar-se-ia no princípio e fundamentos que se teriam expressado e sido percebidos, de alguma maneira, por seu antecessor, e assim, tomado certa forma numa sociologia ou teologia política e social. Dooyeweerd, por assim dizer, buscaria as raízes mais profundas da árvore que se

teria expresso tomando uma forma externa ao solo e sido vista por seu “pai”, mais velho e talvez com os olhos mais cansados, e à medida que se descobriam as raízes da pequena árvore, mais ela crescia, como uma videira que se espalha por todas as áreas possíveis, ou como a monumental sequoia, que aponta para o azul celeste. A pequena árvore encontrada pelo pai, mostraria que tão profundas eram suas raízes e tão bem firmadas em sua base, quanto amplas, fortes, abrangente e vividas as suas manifestações sobre a terra. Em suma, nem o “pai”, e tampouco o “filho” construiu ou engendrou coisa alguma, mas observaram a realidade como ela é, criação. E então buscou-se, como é o papel da filosofia, entender a estrutura dessa realidade criada (REICHOW, 2019).

Guilherme de Carvalho, afirma em seu artigo de introdução editorial a uma das obras de Dooyeweerd¹⁶ intitulado “Herman Dooyeweerd, reformador da razão”, que Kuyper teria estendido de forma mais explícita a noção calvinista da relação entre lei e graça para uma aplicação quase cosmológica, propondo, por exemplo, a existência de diversas “esferas de soberania”, as quais seriam campos da vida social, dentre elas, a família, a igreja, a academia, as artes, o Estado, *et cetera*. Cada uma dessas esferas seria governada por leis particulares estabelecidas pelo próprio Deus, e Dooyeweerd, por sua vez, teria ido a níveis ainda mais profundos com tais percepções. Nele a interpretação calvinista da lei é dada de um modo cosmológico e ontológico (CARVALHO, 2010). O próprio filósofo da teoria cosmonômica afirmou que a “soberania em sua própria órbita” é um princípio ontológico universal (DOOYEWEERD, 2014). A teoria dos aspectos modais não se expressou apenas na ontologia, mas toda uma epistemologia foi, por assim dizer, revelada. As estruturas de individualidade são apresentadas ao homem como totalidades integrais. A experiência pré-teórica da realidade é inquebrantável, integral, sendo possível apenas discernir, através de uma atitude teórica do pensamento, os diferentes aspectos, os distintos modos, dos quais se apresenta a própria realidade (REICHOW, 2019).

As estruturas de individualidades são “o que” se apresenta, e os modos “como” uma estrutura se apresenta são os seus diversos aspectos. Os aspectos discerníveis não correspondem a coisas ou eventos concretos, que seriam “o que” se apresenta, mas são modos, maneiras particulares e fundamentais pelas quais

¹⁶ *No Crepúsculo do Pensamento Ocidental, estudos sobre a pretensa autonomia do pensamento filosófico*, São Paulo: Hagnos, 2010.

experimentamos a realidade. Os aspectos, portanto, são modos fundamentais da realidade temporal (DOOYEWEERD, 2010). A filosofia teria o papel de buscar compreender como se estrutura a realidade, como se dá a relação entre as partes e o todo. Dado o fato de que, para Dooyeweerd, o processo de conhecimento ocorre na ordem do tempo, não estaria ao alcance da filosofia o que está além dessa dimensão temporal, i. e., não é possível o conhecimento teórico, a análise, do que se encontra na dimensão da experiência supratemporal (REICHOW, 2019). Um dos nomes da filosofia cosmonômica, K. J. Popma, referindo-se ao papel da filosofia, declara que: “Filosofar é discernir a estrutura da criação e descrever sistematicamente, ou seja, em uma ordem lógica, o que está sujeito a essa estrutura” (*apud* KALSBECK, 2015, p. 31). Kalsbeek, comenta que ao aludir à estrutura da criação e o que está sujeito a essa estrutura, o autor se estaria referindo ao todo da realidade temporal, e que, embora não possamos filosofar sobre o que transcende a temporalidade, nada dentro dela seria demasiadamente elevado ou excessivamente comum para a reflexão filosófica (KALSBECK, 2015).

Pontua ainda Kalsbeek, que na realidade ordinária se lida com pessoas e suas atividades, eventos complexos variados, relacionamentos sociais, além de animais, plantas, minerais, dentre outras coisas, naturais ou culturais em sua formação, como pessoas em atividades de trabalho, e que tais descrições, ainda que primárias, envolver-nos-iam em processos de observação. Além disso, Dooyeweerd, diz ele, fugia das construções, já tão conhecidas na história da filosofia:

Mesmo uma descrição primária como essa, nos envolve num processo não de *construção*, mas de *observação* de todos os tipos de distinções salientes presentes na vida humana. Isso pode parecer um truismo num primeiro momento, mas a história da filosofia nos oferece muitos exemplos de homens que sobrepuseram sistemas brilhantes à realidade antes mesmo de começarem a examiná-la. Dooyeweerd deseja se guardar contra este perigo e investigar acuradamente a estrutura que a realidade temporal revela por si mesma (KALSBECK, 2015, p. 31).

Hans R. Rookmaaker dá uma explicação que integra a filosofia e as diversas ciências, tanto à unidade e integralidade da realidade quanto à sua diversidade e multiplicidade de expressões, aspectos e esferas, assim como com o processo de diferenciação das diversas ciências. Para o filósofo que dedicou a vida ao estudo da estética e desenvolveu um trabalho importantíssimo a partir da filosofia cosmonômica, a ciência é uma unidade, que originalmente estava presente na única ciência da filosofia. Por conta da grande expansão dos campos de investigação, e pela vasta

especialização que se deu, essas variadas ciências especiais teriam necessariamente vindo a se tornar diferenciadas. Ademais, a filosofia teria adquirido a missão de integrar, de tentar manter a conexão entre as áreas do conhecimento e coordenar as descobertas, além de assimilar todas elas num sistema único e realizar a investigação dos pressupostos epistemológicos em que cada ciência estaria baseada. Os adeptos dos diferentes campos teriam começado a considerar a sua própria disciplina como a mais importante e todo o resto como dependente dela, e não apenas a ela conectado. Deu-se, por conseguinte, de acordo com o autor, uma absolutização dos campos. Assim a unidade se teria perdido na ciência. Diz ainda que, com exceção das ciências que se atinham às áreas similares às absolutizadas pela própria filosofia, esta teria dado tão pouco direcionamento e teria sido tão facilmente refutada pelos fatos que assim, teria caído em descrédito ante as pessoas, sofrendo um consequente abandono à sua “própria sorte”. Mesmo assim, afirma que a filosofia floresceu e cresceu ao passo que era considerada menos importante a sua missão relativa às ciências (ROOKMAAKER, 2018). Deste modo o teórico sintetiza sua concepção:

Em resumo, filosofia é uma visão do todo da realidade que dá a cada uma das ciências particulares seu lugar e em que essas descobertas das ciências são assimiladas num sistema. Faz-se a tentativa de coordenar a abundância de conhecimento verdadeiro, baseado na própria realidade, e de torná-lo útil para uma confissão que sistematize a cosmovisão e na qual tanto a ordem do mundo quanto a direção do coração apóstata inevitavelmente exerçam seu impacto. Não preciso dizer que este todo heterogêneo há de estar repleto de contradições, uma vez que diversos elementos mal podem harmonizar-se uns com os outros. Essas contradições fazem com que os filósofos se enredem em muitos problemas esquisitos (ROOKMAAKER, 2018, p. 39).

Kuyper entendia a ciência humana como um todo, não apenas as chamadas “ciências naturais”. Estando o homem relacionado com o *cosmos* de maneira orgânica, existiria todo um impulso no espírito humano para que esse *cosmos* possa ser refletido segundo seus elementos, de forma plástica, no ser humano, compreendendo a criação em suas relações (KUYPER, 2014). Ele ainda nega ao simples empirismo a classificação de perfeita ciência, que disse sempre ser dada. Diz do telescópio mais distante e do microscópio mais preciso, nada serem senão percepção com olhos reforçados. Dar-se-ia a ciência quando: “vocês descobrem nos fenômenos específicos, percebidos pelo empirismo, uma lei universal, e com isso alcançam o pensamento que governa toda a constelação dos fenômenos”

(KUYPER, 2014, p. 120). Desta maneira as ciências especiais teriam surgido. Quanto ao tema dessas diversas ciências, deveria ser agrupado sob um título e assim, conduzido sob a influência de um princípio, através de teorias ou hipóteses. Por fim, a Sistemática, apontada como a rainha das ciências, organizaria os diferentes resultados em um todo orgânico (KUYPER, 2014). Seria possível para Kuyper, que, uma vez que o homem foi criado à imagem de Deus, pudesse ele “sair de sua concha” – provavelmente significando a abstração teórica – e “espiar” o pensamento de Deus incorporado na criação, e conseqüentemente, desenvolver ciência, entretanto, não individualmente, mas em coletividade. Uma vez que a criação é tão prodigiosamente diversificada, e que isso é a vontade do Criador, os homens todos possuem diferentes aptidões, que não expressam individualmente a plenitude da glória de Deus, mas o buscam em coletividade (KUYPER, 2018).

Para Dooyeweerd a realidade no tempo existe em dois tipos de estrutura. Primeiramente os *distintos aspectos* modais, os modos do ser, esta é a primeira estrutura na realidade temporal. Não se percebem esses modos do ser na vida cotidiana, no pensamento ordinário, pois nossa atenção está voltada para o que é concreto, desde coisas, pessoas, objetos, a relacionamentos sociais e acontecimentos, que são as totalidades individuais das coisas concretas. Nosso interesse não está nos aspectos nos quais “funcionam” as coisas (DOOYEWEERD, 2015). Os aspectos, embora reais, não se apresentam a nós separadamente no pensamento pré-teórico, na experiência cotidiana, o ser pensante experiencia ordinariamente a realidade em seu total entrelaçamento (KALSBECK, 2015). A segunda estrutura existente na realidade temporal seria aquela percebida no cotidiano, e que longe de um esforço analítico, apresenta-se a nós num primeiro olhar. Nessa experiência pré-teórica a realidade não se mostraria nos seus aspectos, que seriam abstraídos no esforço teórico, mas que de fato estão aí, porém só discernidos na análise. A estrutura ordinariamente apresentada é a de totalidades individuais, tais quais objetos, acontecimentos, atos e relacionamentos sociais. Essa segunda, por assim dizer, é estrutura concreta. Tal estrutura estaria inseparavelmente ligada à primeira, e se entendida de forma errônea, impossível será alcançar a compreensão correta daquela primeira estrutura, ou seja, se a estrutura concreta, em totalidades individuais, não for entendida do modo correto, também não será correta a compreensão dos aspectos modais (DOOYEWEERD, 2015).

De acordo com Rookmaaker, não se pode isolar coisa alguma em aspectos – em um ou mais deles – pois tudo se dá em todas as esferas de leis, e tudo mostra uma certa estrutura, além disso todas as esferas de leis se adequam àquela estrutura de maneira singular (ROOKMAARKER, 2018). A absolutização dos aspectos criaria reducionismos, a exemplo do naturalismo, materialismo, psicologismo, logicismo, *et cetera* (KALSBECK, 2015). A teoria das esferas de soberania é, por assim dizer, baseada em um princípio criacional, que obedeceria as estruturas da própria criação e os seus diversos aspectos. Para isso, é necessário entender a realidade como um todo integral, ordenado por leis, que constituem o modo como tudo se apresenta no tempo. Por isso os aspectos modais são também chamados de “esferas de lei” (ROOKMAARKER, 2018). A teoria ontológica de Dooyeweerd, de acordo com Reichow, baseava-se nessa rica diversidade da realidade temporal, de forma a considerá-la em cada ponto. O autor então, teria proposto uma desenssencialização do *cosmos*, pelo que necessário compreender que nenhum aspecto da realidade pode vir a ser o fundamento do conhecimento (REICHOW, 2019). Cada dimensão do *cosmos*, cada aspecto da realidade, possui leis próprias que o regem, não se admitindo que estas sejam reduzidas a leis de aspectos outros, e por conseguinte, que aspecto algum seja interpretado como ou reduzido a outro. Todas as estruturas da realidade temporal são organizadas por tais leis em cada um de seus aspectos e se estruturam de formas próprias a depender de como se comportam essas mesmas leis. A ontologia dos aspectos modais obedece a ordem da criação de um Deus Legislador, que ordena a realidade através de tais leis. Na verdade, o *Logos* Divino¹⁷ mantém todas as coisas (Hb 1:2-3), e por Ele e para Ele são todas elas (Cl 1:16-17).

3.1. FILSOFIA DA IDEIA DE LEI

A Palavra de Deus é o *Logos* Divino, que ordena a realidade. Não há nada que possa escapar da soberania de Deus sobre o *cosmos* (Sl 139:7-8). Cada aspecto, tendo leis próprias que o regem, está na ordem cósmica dentro da temporalidade. Kalsbeek diz que para o Dr. Herman Dooyeweerd todo sistema

¹⁷ O termo aqui não tem o significado grego clássico, mas é cristão e foi historicamente utilizado pelos cristãos para comunicar o evangelho aos de cultura helênica. O *Logos*, para o cristianismo é de fato uma pessoa, a qual é a segunda pessoa da Trindade, o Filho, Jesus Cristo.

filosófico tem sua base em uma “ideia de lei”, ainda que não admitido ou explicado pelo próprio filósofo¹⁸. A ideia de lei, também chamada de “ideia cosmonômica”, seria algo tão inescapável que mesmo aqueles que negam haver qualquer ordem na realidade – cosmonomia – precisam admitir alguma ideia de ordem de onde começariam seus sistemas, ainda que a mesma não possa ser provada. De algum modo, desde crianças, as pessoas vão tendo alguma noção de regularidade e conformidade no tocante ao *cosmos*, mesmo em experiências pré-teóricas, e mesmo quando não há muita consciência disso, desde questões muito recorrentes no dia-a-dia, i. e., os movimentos da terra em torno do sol, a ordem sucessiva das estações do ano, até problemas existenciais que surgem em tenra idade, como a descoberta do curso inexorável da vida e suas etapas até a morte, e ainda a distinguir entre igreja e Estado, família, sindicato e escola, percebendo assim, alguma conexão entre essas estruturas sociais. A presença da ordem sobre a realidade e essa aceitação como ponto de partida da filosofia chamaram a atenção do filósofo neocalvinista, que introduziu na filosofia o termo holandês *wetsidee*, ou *idea legis*, no latim, que, embora não tenha encontrado uma tradução perfeita para o inglês nem para a língua portuguesa, chegou ao Brasil como “ideia de lei”. A atenção constante em reconhecer tal *wetsidee* deu origem ao nome que identificaria seu sistema filosófico: Filosofia da Ideia Cosmonômica, no holandês: *Wijsbegeerte der wetsidee* (KALSBECK, 2015).

O reconhecimento expresso de uma cosmonomia é também presente no próprio Abraham Kuyper em suas palestras *Stone*. Diz o pensador, que o calvinista põe sua fé nas ordenanças de Deus, e que antes de vir a ser realizada na criação, toda a vida estaria nos pensamentos de Deus. Haveria ordenanças para o “firmamento” acima e para a terra embaixo, e o mundo seria sustentado por elas. Tais seriam também dadas pelo Criador para nossos corpos, para o sangue corrente em nossas artérias e veias, e para os pulmões, por exemplo. Haveria ainda ordenanças para regular nossos pensamentos, para a imaginação estética e ainda estritas normas para o campo da moral. Desde o curso do menor asteróide até a órbita do astro mais poderoso, assim também penetrariam tais normas, chegando

¹⁸ Dado o objetivo do trabalho não nos delongaremos em apresentar uma exposição mais acurada das críticas de Dooyeweerd às principais correntes filosóficas ao longo da história e em sua época presentes, a partir de seus pressupostos, o que poderá ser objeto de uma atenção mais específica de um trabalho futuro. Para uma observação do tema: Cf. Herman Dooyeweerd, *A New Critique of the Theoretical Thought*.

mesmo às questões morais de menor monta e nos mais particulares detalhes. Ele ainda convoca a entender o que tais ordens estariam a nos declarar, em cada caso, como sendo a vontade desse Criador-Legislator. O Deus Onipresente e Todo-Poderoso determina o curso da vida a cada instante, este Deus ordena Suas leis e, por Sua autoridade divina, restringe os homens. Por isso Dr. Kuyper denuncia uma pretensão de altivez diante de Deus expressa no kantiano “Tu deves” (*Du sollst*), como um princípio para o legislador. O calvinista jamais se elevaria de tal forma, pelo contrário, ele se ajustaria a tais ordenanças, entendendo-as não como um jugo indesejado, mas como quem segue um guia pelo deserto, em total reconhecimento de sua própria ignorância do caminho, aliás, ignorância de todos os homens. Ele também não se afasta de um “Tu deves”, entretanto, este, advindo não de si mesmo como “senhor de si”, mas do próprio Deus (KUYPER, 2014). Rejeita, portanto, qualquer ideia que pudesse entender, ou criar a fictícia impressão de que as leis naturais pudessem advir da própria natureza, como se esta pudesse se auto-ordenar ou auto-fundar, afirmando a necessidade de se reconhecer aí um Legislador:

[...] toda vida criada necessariamente traz em si mesma uma lei para sua existência, instituída pelo próprio Deus. Não há vida na natureza exterior a nós sem tais ordenanças divinas, – ordenanças que são chamadas de leis da natureza – um termo que estamos dispostos a aceitar, desde que entendamos com isso, não as leis que se originam *da* natureza, mas as leis impostas *sobre* a natureza (KUYPER, 2014, p. 78).

Kuyper continua salientando que todo o desenvolvimento da ciência de sua época pressupunha um *cosmos* ordenado, não se tornando uma vítima do acaso. Enfatiza que haveria um desenvolvimento a partir de um princípio, de acordo com uma ordem estável e com vistas a um plano prefixado. Deus faz cumprir Sua vontade no *cosmos* e na história. Existiria, portanto, uma total correlação entre a crença na predestinação calvinista e a soberania de Deus, que inclui também o *cosmos*, em sua ordem, e até mesmo a história, em seu desenvolvimento. Destaca que os calvinistas, ao contrário de verem o dogma da predestinação de Deus como um agregado de decretos livremente combinados, sustentavam, na verdade, que o conjunto teria formado um programa orgânico da criação toda e de toda a história. Tanto as leis naturais quanto a espiritual e moral, estão fundamentadas e são originadas do decreto de Deus. As leis naturais, juntamente com as espirituais, formam uma ordem superior que existiria de acordo com o mandato de Deus. Na verdade tal ordem deve sua existência ao próprio mandato divino. O conselho de

Deus será completado na consumação de Seu plano eterno. A ciência não passaria de especulações se não apoiada em uma crença, em fé, uma convicção em uma unidade, estabilidade e ordem cósmica (KUYPER, 2014). A conexão orgânica do universo seria uma condição de fé para que a ciência seja elevada: “da investigação empírica dos fenômenos especiais para o geral, e do geral para a lei que governa acima dele, e desta lei para o princípio que domina sobre tudo” (KUYPER, 2014, p. 123).

3.2. O ASPECTO DE SENTIDO DA REALIDADE

Se a ideia de cosmonomia, que já se encontrava em Kuyper e foi exposta de forma sistemática por Dooyeweerd, prevê uma ordem, um fundamento e uma origem para o *cosmos*, bem como um fim, uma meta (KALSBECK, 2015), de acordo com um plano divino e um conselho do Criador – como nas palavras do próprio Kuyper (KUYPER, 2014) – segue-se, por conclusão, que a realidade criada tem um sentido (KALSBECK, 2015). O sentido da realidade estaria, portanto, fora dela, não em uma imanência, mas em uma transcendência. Na verdade, Kalsbeek esclarece em seu trabalho sistemático introdutório da Filosofia Cosmonômica, que para Dooyeweerd, não é correto dizer que a realidade tem um sentido ou significado que seja. O ser criatural não “tem” significado, ele “é” significado. A aplicação da ideia de significado em Dooyeweerd não é exatamente a mesma que ordinariamente se tem. O ser criatural é completamente dependente em origem, existência e meta, sendo assim, ser é significado, e não seria correto dizer que tal “possuiria” ou “teria” significado, na verdade seria incorreto até mesmo dizer que a realidade tem um “propósito”. A diferenciação não é apenas terminológica, mas vem de uma concepção que se diferencia claramente da ideia de substância, que se deu ao longo da história da filosofia, pois o conceito de substância traz em si uma noção de que o ser criatural é independente, que poderia existir “de”, “a partir de”, e “em” si mesmo, sendo independente de alguém ou de algo. O único ser que não é significado é próprio Deus, que é o Ser autossuficiente, eterno e absoluto. O próprio modo de ser da coisa é significado, portanto o significado de algo é o que aquilo é. Significado, assim, coincide com o próprio ser. Todas as estruturas de individualidade na realidade temporal apontam para algo além de si mesmas, as estruturas de individualidade apontam umas para outras, e em seu mais íntimo, a realidade, o ser

criatural, aponta para seu Criador, ao qual deve sua origem, existência e meta (KALSBEEK, 2015).

Se o próprio modo de ser é significado, sendo o próprio ser criatural significado, as esferas modais¹⁹ são também chamadas de aspectos de significado, ou aspectos de sentido, definidos por Kalsbeek como: “facetar do ser dependente e dinâmico que apontam para além de si mesmos, não sendo, de forma alguma, autossuficientes” (KALSBEEK, 2015, p. 75). Os aspectos modais nunca estão isolados. Para entender tais esferas com maior profundidade, é necessário, como dito, um empenho do pensamento teórico realizando uma abstração na mente. Por tal abstração é possível buscar aquilo que distingue cada modalidade das demais. Existe em cada esfera modal um núcleo de significado – ou *kernel*. Tal núcleo de significado caracteriza, ou qualifica, aquele aspecto de sentido. O núcleo de significado de cada modalidade é o que garante a manutenção da esfera de soberania em cada aspecto modal. Além disso, dado que os modos do ser criatural são, como também já dito, irreduzíveis uns aos outros, e que sobre cada aspecto imperam leis próprias, não se confundindo jamais as leis de uns com outros, que ocorrem sem interferências entre leis de aspectos diversos, são elas também chamadas de “esferas de lei²⁰”. Tais modalidades, ou “funções modais²¹”, são dispostas no tempo, que as ordena, isto é, há uma ordem estabelecendo sua disposição na temporalidade. Cada aspecto de significado seria fundado em um anterior, sem dele ser derivado, mas dependendo de sua existência prévia e havendo uma coerência entre todas as esferas de lei (KALSBEEK, 2015). São quatorze as esferas de lei indentificadas por Dooyeweerd, na visão de Rookmaaker (ROOKMAAKER, 2018), e quinze, segundo Kalsbeek. Na escala modal os aspectos são classificados em anteriores e posteriores, sendo os anteriores aqueles que fundamentam os posteriores, que por sua vez, abrem e esclarecem os anteriores (KALSBEEK, 2015).

Guilherme de Carvalho (2006) nos diz que as esferas posteriores seriam “fundadas” nas anteriores, sem que aquelas fossem meros fenômenos derivados, ou

¹⁹ O sentido da expressão não é o mesmo de esferas de soberania, como Kuyper costumava utilizar em sua teoria social, também mais distintamente clara nos textos de Dooyeweerd, mas deve ser entendido como aspecto modal.

²⁰ Expressão apontada, por exemplo, por Hans R. Rookmaaker para se referir aos aspectos modais. Cf. *Filosofia e Estética*.

²¹ Expressão bastante usada por Hans R. Rookmaaker e também se refere aos aspectos modais. Cf. *Filosofia e Estética*.

o que ele chamou de “epifenômenos”, destas. O professor Herman Dooyeweerd costumava lançar mão de uma bela figura para explicar como se dava a realidade em seus diversos aspectos de significado no tempo. Dizia ele que a realidade é um todo integral como um feixe de luz branca, que é refratado em um prisma, exibindo mui diversas e belas cores. Todas as cores estão no único feixe de luz, mas apenas quando tal luz é refratada no prisma, é possível enxergar cada uma das magníficas cores. A ordem temporal seria responsável por realizar essa “refração” dos modos do ser criatural, com a abstração realizada pelas diversas ciências atidas a cada um dos aspectos respectivamente, de acordo com o campo de estudo de cada uma delas:

A realidade criada apresenta uma grande variedade de aspectos ou modos de ser na ordem temporal. Esses aspectos dividem a unidade básica espiritual e religiosa da criação numa riqueza de cores, do mesmo modo que a luz é refratada nos matizes do arco-íris quando passa por um prisma. Número, espaço, movimento, vida orgânica, sentimento emocional, distinção lógica, desenvolvimento histórico da cultura, significado simbólico, interação social, valor econômico, harmonia estética, lei, avaliação moral, e certeza de fé compreendem os aspectos da realidade. Eles são basicamente os campos investigados pelas diversas ciências especiais modernas: a matemática, as ciências naturais (física e química), a biologia (a ciência da vida orgânica), a psicologia, a lógica, a História, a linguística, a sociologia, a economia, a estética, a teoria do direito, a ética ou ciência moral e a teologia, que estuda a revelação divina na fé cristã e na fé não cristã. Cada ciência em especial considera a realidade em apenas um de seus aspectos (DOOYEWEERD, 2015, p. 55-56).

A criação, em todos os seus aspectos de significado, não tem só uma origem e a sustentação de sua existência, mas também aponta para aquele por quem, para quem e por meio de quem foram criadas todas as coisas e em quem todas elas encontram seu “ponto de amarração”, em quem todas as coisas subsistem, Cristo Jesus (Cl 1:16-17):

Assim como a luz do sol rompe em uma diversidade maravilhosa de cores no arco-íris e assim como todos esses tons pastéis encontram sua unidade no branco ininterrupto, tremezulente, da mesma forma todos os aspectos da realidade temporal encontram sua unidade supratemporal em Cristo Jesus, em quem Deus nos tem dado todas as coisas. Todos os aspectos temporais da realidade criada estão em Jesus Cristo, a verdadeira Raiz da criação, concentrados na plenitude religiosa supratemporal de significado. É por isso que, como afirma Kuyper, não há de fato nenhuma área desta vida a qual Cristo não diga: “É minha!”. Não há área autônoma da “natureza” que exista independentemente de Cristo (DOOYEWEERD, 2014, p. 76).

Portanto os aspectos de significado da realidade temporal listados por Dooyeweerd não só possuem uma coerência mútua como uma unidade, que não será encontrada em nenhum dos aspectos modais estando para além da ordem temporal, de caráter supratemporal. Entretanto, o tempo cósmico expõe a diversidade dos aspectos de significado e os ordena. Contudo, afirma Dooyeweerd ser unicamente em Cristo Jesus que estes mesmos aspectos de sentido encontram a sua unidade. A verdadeira plenitude de significado de todos os aspectos da realidade temporal e a unidade radical mais profunda da criação encontrar-se-iam em Cristo. Por isso a Filosofia da Ideia Cosmonômica desenvolverá sua vasta crítica aos pensamentos que buscam encontrar uma essência no *cosmos*. Isso se deveria ao fato de que ao tentar encontrar em um aspecto a fonte de significado de toda a realidade, criam-se falsificações reducionistas, que, prestando um culto idólatra à própria criatura, não conseguem, por mais esforço que realizem, livrar-se da ordem cósmica como parâmetro comum e critério normativo para o juízo sobre as múltiplas correntes de pensamento. As diversas correntes filosóficas que depositam suas esperanças em um aspecto da realidade para explicar o todo, absolutizando aquela modalidade, caem nos reducionismos, no mínimo contraditórios em si mesmos, e autodestrutivos. Um dos muitos exemplos disso, este dado pelo próprio professor de Amsterdã, seria tentar dizer, que uma árvore não passa de uma massa de matéria em movimento, o que estaria em consonância com o materialismo, mas que, numa percepção mais atenta, revelar-se-ia uma afirmação incoerente com a realidade, vez que, simplesmente falando isso, quem o faz forma uma percepção sensorial e um conceito lógico dessa estrutura de individualidade, atribuindo-lhe um significado simbólico em palavras, e assim, reconhecendo, ainda que de forma implícita, que as funções numérica, espacial e física são certas dimensões dentre outras da árvore verdadeira, não podendo a estrutura integral ser experimentada sem uma sensação física, entendimento lógico, ou mesmo linguagem (DOOYEWEERD, 2014).

O respeitado professor ainda afirma que a unidade mais profunda dos aspectos temporais deve ser expressa em cada uma das esferas de lei, ou seja, tal unidade supratemporal vem à expressão nas diversas modalidades no tempo. Há, portanto, uma coerência entre as distintas esferas que ele chamou de “universalidade das esferas”. Assim como cada cor refratada no prisma é de tal forma que as demais são espelhadas em seu tom particular, e do mesmo modo que os matizes seguem em comprimentos de ondas distintos entre si, também as esferas

modais ocorrem juntas, de forma que aspecto algum, e consequentemente, nenhuma esfera das ordenanças divinas no tempo, é independente das outras nem existe por si mesma, de forma que a ordem cósmica temporal é uma coerência radicalmente orgânica mesmo mantendo a soberania das esferas de lei individuais (DOOYEWEERD, 2014). Os núcleos de sentido, no que mostra a obra de Kalsbeek, manteriam essa individualidade dos aspectos, sempre caracterizando um “como”, e nunca um “o que”, e poderiam ser listados segundo a ordem dos aspectos como quantidade discreta (número), extensão contínua, movimento, energia, vitalidade (vida), sentimento, distinção, poder formativo, significado simbólico, intercurso social, frugalidade na administração de recursos escassos, harmonia, retribuição (recompensa), amor em relacionamentos temporais, fé e confiança firme. Lembrando sempre que não se poderia confundir aspectos de significado e seus núcleos de sentido com as estruturas de individualidade na realidade temporal, por exemplo: no aspecto espacial, não se identifica a extensão contínua com o espaço visto ao nosso redor (KALSBECK, 2015).

3.3. AS ANALOGIAS

Não se pode esquecer o fato de que a realidade com a qual se lida em abstração analítica, ao se falar de seus modos, é aquela que está ordenada no tempo. Sendo assim, não é estranho que os aspectos temporais tenham “momentos de significado” que carregam grande semelhança com as outras funções. Tais semelhanças são também chamadas de “analogias”, como Kalsbeek observou. De acordo com sua explicação, dar-se-ia isso, corriqueiramente, sem que o percebamos, por exemplo, quando um problema de geometria é resolvido por um aluno, e o professor lhe mostra um caminho muito mais direto e simples, e por conseguinte, mais almejado e apreciado. É possível observar um aparente entrelaçamento entre dois aspectos, quais sejam, o lógico e o econômico, isto porque na verdade, na esfera lógica se dá um momento de significado – economia lógica de pensamento – que se assemelha à frugalidade, que é, por sua vez, o núcleo de significado do aspecto econômico. O mesmo momento de significado pode ser encontrado no modo linguístico, por exemplo, quando alguém consegue dizer aquilo intenta de forma sintética e direta, o que também é apreciado. Quando o momento de significado naquela modalidade se dá em direção ao *kernel* de uma

função posterior, chama-se isso de “antecipação”, o que pode, contudo, ocorrer também em direção a uma esfera anterior, recebendo, neste caso, a nomenclatura de “retrociação”. Portanto, a frugalidade originada na esfera econômica, ocorreria em outras modalidades como um momento de significado, todavia, não em seu sentido original. Nessas outras modalidades seria ela caracterizada, ou qualificada, pelos núcleos de significado dos outros respectivos aspectos, que, por sua vez, manteriam sua esfera de soberania modal (KALSBECK, 2015).

Carvalho explica de forma muito semelhante que cada aspecto de significado espelharia a totalidade do “sentido cósmico”, podendo este “espelhamento” ser descrito como analogias antecipatórias e retrociatórias, nas quais um sentido semelhante ao núcleo de sentido de cada uma das esferas modais é identificado no interior da esfera modal que se está a considerar²². A economia de pensamento seria, portanto, uma antecipação da esfera econômica na lógica (CARVALHO, 2006). Esse espelhamento, essa universalidade das esferas, tem sido, segundo Kalsbeek, comumente confundida nas correntes imanentistas do pensamento teórico, já que essas mesmas correntes não consideram suficientemente a irreducibilidade mútua das esferas. As regularidades em padrões de comportamento de duas ou mais esferas modais podem gerar tão grande perplexidade em cientistas, por exemplo, que é corriqueiro que alguns cheguem a pensar terem encontrado um tipo suposto de “chave” para a estrutura do cosmos, e conseqüentemente, tal “chave” passa a ser utilizada numa tentativa de se desvendar os supostos segredos dos outros aspectos. Expande-se então, a metodologia de uma ciência para outras disciplinas, e assim se originam os reducionismos, como já explicado (KALSBECK, 2015), que para Dooyeweerd são as absolutizações de aspectos da realidade temporal incomensuravelmente rica. Diz ainda Dooyeweerd que, ao descobrir que todos os modos da vida estão refletidos na função psíquica, pode-se acreditar que o sentimento seja a origem do número, do espaço, do movimento, do pensamento lógico, do desenvolvimento histórico, e tantos quantos são os aspectos da existência temporal, e até mesmo a fé pode ser confundida, solapada e empobrecida por um misticismo emocional falso. O vitalismo, vg., absolutiza uma corrente de vida eternamente fluindo, o historicismo moderno

²² As analogias também são classificadas como simples ou complexas, todavia tal questão exigiria delongada exposição, extrapolando os limites da proposta do presente estudo de monografia, podendo, contudo, vir a ser desenvolvida a demonstração de tal classificação em ulterior trabalho acadêmico de maior vastidão.

deposita a esperança para a humanidade no desenvolvimento cultural interminável, o materialismo moderno declara o aspecto do movimento investigado pelas ciências naturais como o princípio e o fim da realidade (DOOYEWEERD, 2015). Por não ter conhecimento do feixe de luz branca único de onde partem todas as cores e da origem de tal feixe, a filosofia imanentista elege uma cor como original:

Imaginemos agora uma ciência que passe a investigar esses distintos aspectos da realidade sem a luz do verdadeiro conhecimento de Deus e de si mesma. O dilema dessa ciência é semelhante ao de uma pessoa que vê as cores do arco-íris, mas não sabe nada sobre a luz contínua da qual essas cores emanam. Para essa pessoa, as cores parecem misturar-se umas às outras. Se alguém perguntasse a tal pessoa de onde vêm as diferentes cores, não estaria ela propensa a considerar uma cor como a origem das outras? Ou seria ela capaz de descobrir corretamente a relação mútua e a coerência entre elas? Se não, como então alguém poderia conhecer cada cor de acordo com a natureza intrínseca própria dessa cor? Se a pessoa não for daltônica, poderá certamente fazer distinções, mas provavelmente começaria pela cor que percebesse mais viva, e sustentaria que as outras são apenas nuances dessa cor absolutizada (DOOYEWEERD, 2015, p. 56).

As esferas também são aprofundadas nas analogias, de acordo com o autor. O aspecto lógico, por exemplo, pode se tornar pensamento teórico e científico. Há, portanto, neste caso, um esclarecimento de tal função modal, revelando uma harmonia lógica do sistema. Na antecipação dos aspectos histórico, linguístico, econômico e estético²³ da realidade. O aspecto jurídico pode ser dado como exemplo. O significado de retribuição é esclarecido na antecipação do ético. Na retribuição primitiva, por exemplo, a punição era medida em termos de resultado externo, com a retribuição moderna, sob influência do cristianismo, a punição é determinada de acordo com a medida da culpa e da responsabilidade (DOOYEWEERD, 2014). O filósofo de Amsterdã, que dedicou sua vida a entender a realidade e sua unidade e diversidade tão magníficas, em sua definição do núcleo do significado do aspecto jurídico, ao dizer que a retribuição se expressaria no lado-lei²⁴ como a harmonização bem equilibrada de uma multiplicidade de interesses, expõe três retrocipações aos aspectos precedentes, fundacionais, de acordo com Kalsbeek. O momento de significado “bem equilibrada” apontaria para a frugalidade do aspecto econômico; o momento “harmonização” referir-se-ia ao *kernel* do aspecto

²³ Poder-se-ia citar também o jurídico, o ético e o pístico.

²⁴ Todos os aspectos modais têm um lado-lei e um lado-sujeito. Cf. Kalsbeek, L. *Contornos da Filosofia Cristã – A Melhor e Mais Sucinta Introdução à Filosofia Reformada de Herman Dooyeweerd*.

estético, e “multiplicidade” retrociparia ao núcleo de significado do aspecto numérico. Um exemplo prático presente em Kalsbeek é a análise do canto de vingança de Lameque em Gênesis 4:23-24. A passagem do Antigo Testamento Bíblico, por exemplo, trás-nos o seguinte trecho: “Matei um homem porque ele me feriu e um rapaz porque me pisou. Sete vezes se tomará vingança de Caim, de Lameque, porém, setenta vezes sete.” Diz ele que a punição severa na passagem é claramente injusta, tendo em vista a desproporcionalidade em relação ao crime cometido (KALSBECK, 2015).

3.4. OS PRINCÍPIOS ESTRUTURAIS E A FUNÇÃO QUALIFICANTE TÍPICA

Herman Dooyeweerd demonstra ser possível perceber que as várias estruturas de individualidade, tanto as coisas concretas, animais, vegetais, minerais, naturais e culturais, assim como eventos, ou mesmo formas sociais, são baseadas em princípios estruturais concretos divinos, e nesses tais princípios os diferentes aspectos da realidade temporal seriam agrupados de uma maneira particular, em sua particularidade individual. Uma árvore, por exemplo, diz ele, funcionaria como sujeito nos aspectos numérico, espacial e cinemático, entretanto, olhando apenas para esses aspectos de uma árvore, não faria sentido que se falasse de uma árvore. A estrutura interna peculiar da coisa em si que funciona nessas distintas esferas de lei não é importante para nenhuma delas, segundo o filósofo. Há, todavia, um aspecto que ocuparia um lugar especial na estrutura da árvore, e este é o da vida orgânica, por isso falar em uma árvore para aqueles que se dedicam ao estudo do aspecto biótico, como os biólogos, faria sentido. O aspecto orgânico seria o último no qual a árvore é sujeito, funcionando em todos os modos posteriores apenas como objeto, isto é, objetivamente. As funções anteriores da realidade seriam, na árvore, tipicamente direcionadas para sua finalidade, não sofrendo interferência em suas esferas de lei, não havendo violação, sendo elas conduzidas de uma maneira particular, de forma que revelariam e apontariam para o destino e existência de uma coisa individual, e todo movimento teria propósito nessa estrutura interna. Aqui, a função final típica da vida orgânica, qual seja, o aspecto biótico, é chamada função-guia, também nomeada de função de destinação, no holandês, *bestemmingsfunctie* (DOOYEWEERD, 2014).

3.4.1. A função qualificadora e a função fundante nas relações sociais

Para aquele discípulo de Kuyper, não seria diferente nas relações sociais, pois cada uma tem seu aspecto qualificante. O Estado, a escola, uma comunidade industrial, a instituição eclesiástica temporal, a família, por exemplo, seriam totalidades individuais que têm em si uma estrutura interna própria. Uma unidade industrial seria tipicamente qualificada como econômica, e os diversos aspectos anteriores da realidade nela se agrupariam guiados pela função qualificadora econômica. A igreja, comunidade eclesiástica temporal, por sua vez, seria qualificada como comunidade cristã de fé baseada em um credo comum, portanto, seu princípio estrutural interno apontaria para a função da fé como qualificante típica desse vínculo social, tipicamente conduzindo e direcionando todas as funções que lhe são anteriores. A família seria uma comunidade tipicamente ética de amor entre pais e filhos, imperando aí o aspecto ético, em seu princípio estrutural interno. O Estado, por seu turno, teria como função qualificante a comunidade tipicamente jurídica de governantes e sujeitos, o que significa que a sua função qualificadora é a jurídica. Desta forma o poder da espada seria indissolivelmente vinculado a esse aspecto qualificador, e uma vez que todas as questões intrínsecas ao Estado, para o autor neocalvinista, devem ser resolvidas de acordo com tal núcleo jurídico e na força da lei estrutural interna, tal poder da espada jamais poderá se tornar um fim em si mesmo, pois havendo isso, já teriam previsto Agostinho e Calvino, degeneraria tal relação social em um bando de saqueadores. O Estado, qualificado como uma comunidade pública de direito, diferencia-se completamente de outras relações sociais. Em cada uma destas, tais quais a igreja, a escola, ou a família, a comunidade jurídica interna seria direcionada pela função qualificadora particular daquela mesma relação (DOOYEWEERD, 2014).

Em todas as relações sociais, as esferas de lei ainda apontam para outro aspecto modal da realidade temporal, pois apenas a função qualificante não é suficiente para determinar a estrutura interna das relações sociais. Haveria, de acordo com o próprio Dooyeweerd, um aspecto no qual é tipicamente baseada, ou fundada, a totalidade da estrutura de uma relação. Pode-se citar a família, que tem por função qualificante a comunidade típica de amor – função ética – entre pais e filhos. A função de amor entre pais e filhos estaria baseada nos laços sanguíneos, ou seja, na relação genética natural, que teria, por sua vez, sua função temporal no

aspecto biótico – da vida orgânica – da realidade. Pais e filhos, estariam ligados por esse laço consanguíneo específico. Esta comunidade típica de amor – função qualificante – é fundada na referida relação genética e biótica dos laços sanguíneos. A comunhão de amor típica da família possuiria sua estrutura única, que tem sua base em uma relação genética. Alerta, todavia, o teórico, para o fato de que tal comunhão de amor não é igual à camaradagem encontrada em uma comunidade de trabalho, nem é o mesmo que o amor ao próximo, tampouco é como aquele entre compatriotas. Essa função sobre a qual estaria fundado o aspecto qualificador de uma relação social é chamada “função fundante típica”. Haveria assim, uma coerência indissolúvel entre a função qualificadora e a função fundante, que no caso da família, seriam, respectivamente, a comunhão de amor entre pais e filhos e a função biótica dos laços sanguíneos ou genéticos. A função fundante típica do Estado, por sua vez, encontrar-se-ia no aspecto histórico da realidade, como organização monopolística do poder da espada sobre um território específico. Portanto, onde tal fundação fosse ausente, ali o Estado também não se encontraria (DOOYEWEERD, 2014).

Dooyeweerd reconhece relações privadas e públicas, e somente no caso do Estado, a comunidade jurídica em si operaria como função qualificante, contudo, sempre fundada na organização territorial do poder da espada. Importante que se observe que a comunidade da lei interna do Estado seria uma comunidade de governo jurídico, e que em tal relação comunitária o governo, como servo de Deus, jamais deveria portar inapropriadamente a espada, deixando-se levar por qualquer outro ponto de referência que não a justiça. Esta não seria uma relação privada de direito, mas pública, sujeitando-se ao princípio do bem comum²⁵. Em uma igreja, por exemplo, a ordem interna coincidiria com a função qualificante típica da igreja temporal unida como uma comunidade de crentes, ligados por um credo comum, que tem seu fundamento sobre uma organização histórica de ofícios, e sua disciplina é aceita por Dooyeweerd como o meio pelo qual a pureza da vida e da doutrina é mantida (DOOYEWEERD, 2014). Ainda as relações sociais são, de acordo com a exposição de Kalsbeek, apresentadas como de dois tipos claros: as comunidades,

²⁵ O presente estudo não se desdobrará em uma análise minuciosa do Estado e as implicações dos diferentes conceitos de bem comum entre a proposta cristã defendida por Herman Dooyeweerd e as humanistas e pagãs, deixando isso para um trabalho posterior mais acurado, profundo e detalhado, visto não ser o foco principal do empenho que ora se dá, tampouco seria possível fazê-lo nos limites por ocasião estipulados.

unindo pessoas como membros de um mesmo todo social, de uma maneira mais ou menos permanente, tendo como alguns exemplos, o Estado, a igreja, o sindicato e a família; e os relacionamentos intercomunais e interindividuais, em que pessoas e comunidades estão em interação, umas com as outras, seja em cooperação amigável, em competição mútua, ou mesmo em inimizade, havendo como exemplos, a relação entre um médico e seus pacientes, um comerciante e seus clientes, o inter-relacionamento entre amigos e conhecidos, ou mesmo os inter-relacionamentos tão debatidos ao longo dos séculos entre Estado e igreja, famílias ou organizações. Explica ele ser a partir desses dois tipos de relacionamentos sociais que se entenderá uma sociedade primitiva, indiferenciada, ou seja, aquela que não demonstra traço algum de comunidades, como o Estado, a igreja, clubes, entre outras tantas conhecidas²⁶ (KALSBECK, 2015).

3.5. O PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL

Todas essas estruturas de individualidade seriam típicas de comunidades, por sua vez, tipicamente fundadas no poder de formação histórico-cultural, excetuando-se o casamento e a família, tipicamente fundadas no laço de consanguinidade do aspecto biótico (DOOYEWEERD, 2010), que conforme Kuyper, precede a existência do próprio Estado, não devendo a este nem à igreja a sua existência (KUYPER, 2018). Dooyeweerd explica que há um desenvolvimento histórico verdadeiro que não pode ser confundido com a noção historicista. Para o autor, o desenvolvimento histórico não é uma simples analogia retrocipatória do aspecto histórico ao núcleo de significado do biótico, pois os aspectos anteriores ao lógico seriam regidos por leis naturais que não podem ser violadas, mas no caso do desenvolvimento histórico, há a revelação de uma vocação humana normativa. Os aspectos que se fundam na modalidade lógica – dentre eles o modo histórico-cultural de desenvolvimento, com seu momento nucleal, a saber, poder formativo – não seriam regidos por leis naturais, sendo eles de caráter normativo, implicando em uma vocação e tarefa cultural normativa concedida ao homem. Tal tarefa não poderia ser cumprida senão em uma direção de tempo antecipatória. Nessa direção antecipatória o aspecto histórico-cultural da realidade temporal desvela seu núcleo de sentido pelo

²⁶ Kalsbeek, em sua obra *Contornos da Filosofia Cristã*, ainda demonstra outros tipos de classificações na filosofia de Herman Dooyeweerd.

desdobramento de seus momentos antecipatórios. Até que ocorra de, em uma sociedade humana, o aspecto histórico revelar seu núcleo de sentido, aquela sociedade estaria em uma condição rígida e primitiva. Nas culturas primitivas haveria uma característica de encerramento, fechamento, em comunidades organizadas indiferenciadas. Essas comunidades seriam, por sua vez, de uma tendência bastante ressaltada ao isolamento histórico, que enquanto perdura, também ali se manteria o estancamento do desenvolvimento cultural, apresentando elas um caráter totalitário (DOOYEWEERD, 2010).

Dooyeweerd prossegue sua explanação esclarecendo que nas sociedades primitivas a existência temporal do indivíduo é totalmente dependente de sua pertença à família ou ao clã, e à comunidade tribal. A diferenciação cultural em esferas de poder formativo, quer sejam as da ciência, artes, comércio, Estado, etc., não teria espaço algum entre esses grupos. O monopólio do poder formativo seria geralmente de uma tradição bastante rígida, chegando a ser deificada por uma crença pagã, guardada com ansiedade pelos líderes ali. Não mais que analogias das fases bióticas de nascimento, amadurecimento, adolescência, envelhecimento e declínio, é o que ocorre no seu processo de desenvolvimento e sua duração pode se dar de tal modo que desapareçam sem sequer deixar rastro algum de sua passagem na história da humanidade, de acordo com ele. Já quanto às culturas que se abriram o caso sucede de outro modo, pois tendências essenciais de desenvolvimento teriam sido passadas à civilização ocidental, medieval e moderna, desde os grandes centros culturais da antiguidade, como Babilônia, Egito, Palestina, Creta, Grécia, Roma e Bizâncio. Tais correntes de tendências são por ele comparadas a um rio, chegando a “fertilizar” até mesmo as culturas árabe e germânica, gerando novas formas de civilização, sempre buscando novos caminhos para correr, e não deixando de ocorrer, em tal processo, um conflito entre os que guardam as tradições e os proponentes de novas ideias. As tradições guardariam grande valor e são objeto de grande estima, por incorporarem tesouros culturais que se acumulam no curso do tempo. A tradição amarraria todas as gerações às anteriores na história, e nas sociedades primitivas possuiria poder quase absoluto. Nas culturas abertas, no entanto, as tradições teriam o papel de guardar uma certa medida de continuidade no progresso cultural. Deste modo, em conflito com o poder da tradição, as ideias progressistas precisariam passar por uma purificação de sua subjetividade revolucionária e assim, ser ajustadas à norma de continuidade histórica

(DOOYEWEERD, 2010). Kuyper, que apontou a miscigenação como um fator de desenvolvimento, juntamente com sua comparação do curso do progresso a um rio, disse em sua obra:

Há, porém, um rio mundial, amplo e fresco, que desde o começo trouxe a promessa do futuro. Este rio tem sua origem na Ásia Média e no Levante e tem continuado firme em seu curso do Oriente para o Ocidente. Da Europa Ocidental, passou para o leste dos EUA e dali para a Califórnia. As fontes desse rio de desenvolvimento são encontradas na Babilônia e no vale do Nilo. Dali, seguiu para a Grécia. Da Grécia passou para o Império Romano. Das nações românicas continuou seu caminho para as partes noroeste da Europa, e da Holanda e Inglaterra ele alcançou finalmente seu continente²⁷ (KUYPER, 2014, p. 41).

Conta Kalsbeek, que no Império Romano ainda se sustentava uma visão em que o Estado continha todas as outras relações comunitárias em si, o que jamais daria espaço para a soberania das esferas individuais. Ali, bem como antes mesmo, na Antiga Grécia, reinava uma concepção universalista e totalitária. O conflito entre a igreja cristã primitiva e o modelo totalitário romano acaba por surgir. A igreja era vista como uma ameaça à noção absolutista do *imperium* romano, e limitações fundamentais, ele ainda relata que de acordo com Dooyeweerd, foram impostas pela primeira vez sobre a competência da autoridade estatal, tanto no tocante à igreja, essa nova instituição, como à vida familiar natural dos cristãos, que por sua vez, reivindicavam a liberdade para darem a seus filhos uma educação cristã. Ainda houve limitações relativas ao centro espiritual da vida humana, concebido como independente de qualquer condição social temporal da pessoa. A soberania das esferas, de acordo com o que Kalsbeek explica, não constitui uma relação parte-todo, e portanto, não há que se entender tal expressão como o mesmo que “autonomia” das esferas. Aqui novamente há discórdia entre Dooyeweerd e Kuyper, que juntamente com Groen Van Prinsterer, sustentava ser possível às províncias reivindicar a soberania das esferas. Segundo o mesmo autor, na visão de Dooyeweerd, houve uma confusão entre o conceito de federação e o de esferas de soberania. As províncias, por exemplo, seriam partes do Estado, tendo a sua natureza estatal, e portanto, gozando de alguma autonomia, maior ou menor (KALSBECK, 2015). As esferas de soberania, por sua vez, de naturezas completamente distintas, não poderiam ser postas umas dentro das outras, de

²⁷ A expressão aqui se refere ao continente Americano, já que o público ao qual eram as palestras direcionadas era o da Universidade e Seminário de Princeton, nos Estados Unidos da América.

acordo com o que afirma Dooyeweerd, em uma relação de reducionismo totalitário, pelo qual todas as esferas são pensadas como uma só, sendo partes de um todo. A inter-relação dessas esferas só poderia ocorrer em termos de soberania das esferas, uma vez que família, Estado, igreja, escola, indústria e outras relações sociais difeririam radicalmente em suas estruturas internas. No caso dos municípios e províncias, estes teriam uma independência relativa das partes no todo, dependentes dos requerimentos desse todo, sujeitos ao governo, que pode decidir sobre os limites de sua autonomia, e suas demandas. Além disso, o poder, ou seja, a jurisdição, nunca poderia ser original, mas sempre derivada do todo. A soberania das esferas, no entanto, seria completamente sustentada apenas sobre as estruturas que estão estabelecidas para as relações sociais, tendo estas, como fundamento, a ordem cósmica temporal segundo a vontade de Deus, que é soberana. As fronteiras da soberania das esferas não seriam demarcadas de maneira unilateral, nem dependeriam da arbitrariedade humana, sendo determinadas, na ordem cósmica (DOOYEWEERD, 2014).

4 AS ESFERAS DE SOBERANIA, O ESTADO E A LIBERDADE

Em 1880, pontua Kalsbeek, que Kuyper, em seu famoso discurso, afirma que sem “esfera de soberania” o Estado teria poder ilimitado para comandar, decidindo sobre as pessoas, suas vidas, seus direitos, suas consciências, e mesmo suas crenças (KALSBECK, 2015). O próprio Kuyper, na ocasião de sua ida aos Estados Unidos da América, na Universidade e Seminário de Princeton, ao ministrar as *Stone Lectures*, afirmou: “Todo historiador competente, sem excessão, confirmaria as palavras de Bancroft: ‘O fanático pelo Calvinismo era um fanático por liberdade pois, na guerra moral pela liberdade, seu credo era uma parte de seu exército e seu mais fiel aliado na batalha’” (KUYPER, 2014, p. 86). E ainda, que Groen Van Prinsterer teria expressado que no calvinismo encontrava-se a origem e a garantia de nossas liberdades constitucionais. Sem embargo, concluiu Abraham Kuyper, que o fato de que o calvinismo levara a lei pública a novos caminhos, primeiro na Europa Ocidental, depois no que ele chamou de “dois Continentes”, e ainda em seu tempo, mais e mais entre todas as nações civilizadas, era admitido por todos os estudantes científicos, se não ainda plenamente pela opinião pública (KUYPER, 2014).

Ao olhar para a história, via Kuyper uma batalha que se mostrava constante ao longo dos séculos, a da Autoridade vs. Liberdade. Dar-se-ia isso porque, segundo o orador das *Lectures on Calvinism*, toda afirmação de poder do magistrado, assim como todo meio mecânico de estabelecer uma ordem através da força e garantir um curso seguro de vida, é sempre algo artificial, e portanto, as buscas, as aspirações mais profundas de nossa natureza se rebelam e se põem como forças contrárias. Tais esforços mecânicos podem ser fonte tanto para o abuso de poder quanto para uma revolta contínua. A Estrutura do Estado, portanto, acaba sendo apresentada como contrária à natureza humana, entretanto existente na criação por um motivo específico, qual seja, o pecado. A liberdade acaba sendo um meio soberanamente dado por Deus para refrear a autoridade todas as vezes que esta degenera. A sede por liberdade é inata no homem porque assim foi criado, entretanto este pecou e o pecado precisaria ser refreado para que haja ordem. Por isso, afirma ser dada aos homens a autoridade estatal mecânica. Deste modo, teria Deus instituído os magistrados por causa do pecado, mas a autoridade é refreada e encontra seus limites no princípio criacional da liberdade (KUYPER, 2014).

Sobre esse sistema de limites entre poder e liberdade, Dooyeweerd esclarece uma controvérsia na história da igreja. Ao contrário do que ministraram os pais da igreja, Tomás de Aquino teria ensinado que o Estado não é dado por Deus por causa do pecado, e portanto, somente a espada em sua posse o era. O afastamento da doutrina cristã do Estado, efetuado por Aquino e alguns que lhe seguiram, seria resultante de uma tentativa de síntese entre o cristianismo e o aristotelismo pagão, que se realizou na Idade Média. Para eles o Estado teria suas origens na natureza do ser humano, sendo o vínculo de totalidade da sociedade natural. A espada não figuraria como parte necessária ou essencial do mesmo. A visão pagã aristotélica ensinava que o Estado teria suas origens na natureza racional-moral e, sendo assim, consagrar-se-ia como o vínculo total, e todas as relações inferiores não se dariam em posição mais elevada que de meras partes dependentes suas (DOOYEWEERD, 2014). O reconhecido teórico político canadense David Koyzis, explica que mesmo a doutrina do princípio da subsidiariedade, adotada por católicos mais recentes, como Jacques Maritain e Yves R. Simon, baseia-se na pirâmide hierárquica defendida no escolasticismo medieval. Deus estaria no topo de toda a pirâmide da sociedade, e imediatamente abaixo, a igreja institucional, ainda no plano da graça. No plano da natureza, em que ainda impera a crença na razão, viria o Estado, e abaixo deste as estruturas intermediárias, que gozariam de certa autonomia. O tomismo ainda permanece interpretando as relações sociais como um todo e suas partes, ainda que afirmando a pluriformidade social (KOYZIS, 2014).

A Reforma Protestante, de acordo com o doutor em Filosofia pela Universidade de Notre Dame (Canadá), apresentou uma outra visão da pluriformidade social. O empenho de João Calvino e Johannes Althusius foi tal que dentre as primeiras repúblicas “modernas” ou monarquias constitucionais, estavam os Estados influenciados pelo seu movimento de Reforma. Os calvinistas sustentaram que a autoridade do magistrado civil estava diretamente sob a soberania de Deus, sem uma igreja institucional intermediária, portanto, em “pé de igualdade” o magistrado civil e a autoridade eclesiástica. Teria havido uma afirmação do sacerdócio universal e não hierárquico de todos os crentes, o que teria colocado a responsabilidade de controle das autoridades civis constituídas por Deus nas mãos do próprio povo de Deus, e saindo daquelas da intervenção do clero. Os magistrados inferiores poderiam colocar-se constitucionalmente em contraposição ao magistrado superior em caso de tirania. De forma diversa do que prevê a teoria

da subsidiariedade, os problemas políticos deveriam ser politicamente resolvidos sob a soberania de Deus, encontrando-se uma solução no próprio corpo político, e não em um corpo clerical, que intervindo hierarquicamente em uma instituição inferior, daria respostas às questões (KOYZIS, 2014).

A teoria das esferas de soberania desenvolvida por esses homens de tradição calvinista na Holanda dos séculos XIX e XX, busca, respeitando cada aspecto da vida, dar liberdade para que a humanidade possa “florescer”, juntamente com toda a criação (KOYZIS, 2014). Dooyeweerd credits a Groen van Prinsterer o pioneirismo no uso da expressão *souvereiniteit in eigen sfeer*, costumeiramente traduzida para o português como “soberania em sua própria esfera” (DOOYEWEERD, 2015) – e Kuyper destaca a liberdade de cada homem em sua própria esfera, além da liberdade das esferas da realidade, que, devendo sua origem unicamente a Deus, debaixo de sua soberania direta, e exercendo parte da soberania por delegação, são libertas para o seu desenvolvimento. Só assim, no processo de diferenciação e soberania de esferas, pode haver liberdade (KUYPER, 2014). Quando uma esfera busca, em um movimento reacionário, colocar-se sobre as outras, ou quando tenta-se aplicar as leis de uma esfera em outras, há um reducionismo tirânico e idólatra que deve ser completamente rejeitado (DOOYEWEERD, 1975). O Estado, como portador da espada, só teria, segundo Kuyper, três possibilidades de intervenção em outras esferas, a saber, para a manutenção de si próprio; para a resolução de impasses entre esferas, impedindo a tirania entre elas; e para o impedimento da tirania dentro de uma esfera de soberania (KUYPER, 2014).

Portanto em casos em que a própria existência do Estado é ameaçada; em situações de tentativa de dominação entre esferas, como quando o mercado tenta dominar a ciência, nas escolas, ou a fé, na igreja; ou mesmo quando as leis da igreja institucional buscam se impor sobre o Estado, ou sobre a ciência, nas universidades; ou ainda ao suceder de o pai de família e marido espancar a esposa, ou quando há outros tipos de abusos, o Estado intervém para a manutenção da vida e do seu desenvolvimento livre *Coram Deo*²⁸. O Estado deve estar sempre direcionado ao seu fim, porque por sua vez, não tem a legitimidade de extrapolar os limites de sua esfera de soberania. Sendo assim, a manutenção da justiça no bem comum deve ser sua busca constante para a glória de seu Criador.

²⁸ Expressão latina usada pelos reformadores e por muitos cristãos reformados até hoje, que significa *Diante da face de Deus*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os teóricos de Amsterdã demonstram que ao longo da história o problema da soberania foi sempre o de uma busca humana por uma autodeterminação em independência do Criador. Não aceitando a sua soberania sobre toda a realidade, e não o reconhecendo como fonte de todo sentido, a humanidade buscou na própria imanência uma solução para a soberania. Entretanto as buscas humanas só encontraram modelos reducionistas de tirania entre as diversas esferas da vida, que quando não ceifam a liberdade, sob o pretexto de buscá-la ante o próprio Criador, empobrecem a vida. Contudo a realidade não se curva aos desígnios da busca humana por independência, e suas leis de ordem cósmica se impõem sobre o homem, que, no máximo, pode violar as normas da vida cultural, porém, não sem consequências, não sem punições. A teoria das esferas de soberania entende que a liberdade humana é exercida nas esferas, onde “florescem” todas as expressões de vida da criação e onde se cumprem os mandatos criacionais. Ao contrário do pensamento católico romano e dos diversos modelos humanistas, que, buscando um modo de fundar a sociedade no próprio homem, tentaram construir padrões reducionistas totalitários, a proposta da Filosofia da Ideia Cosmonômica, de origem neocalvinista, e seu *insight* teórico das esferas de soberania, é que se respeite a estrutura da própria realidade. A ordem temporal é, ao mesmo tempo, uma unidade cheia de diversidade.

Nesse sentido, a Filosofia Cosmonômica lança-se em um empenho, não por uma construção, e sim pela descoberta da realidade e de suas estruturas, no intento de compreender a mensagem do Deus Altíssimo, Criador do céu e da terra e Legislador Soberano sobre todo o *cosmos*, para dar glória ao Senhor, que detém toda a soberania em suas mãos, que está assentado no trono além do tempo e que dá a origem, a existência, a permanência, e o propósito e meta de todas as coisas. Deste modo, respeitando as órbitas em que cada esfera da vida deve permanecer, o Estado não lançará tentáculos sobre a ciência e nem sobre a família, a igreja não imporá sua confissão sobre a vida do Estado e nem dele receberá as leis, o mercado não será controlado, mas tratado com justiça restritiva nos limites de sua esfera, não podendo estabelecer as leis do Estado ou as da escola ou universidade. As artes terão sua mais bela liberdade e as famílias poderão honrar seus compromissos éticos de amor.

Kuyper e Dooyeweerd foram das maiores mentes que o mundo conheceu. Seu legado permanece em aberto, pois tal sistema filosófico é demasiadamente grande para um ou dois homens. Após aquelas duas gerações, o neocalvinismo se expandiu e encontrou aplicações nas mais diversas áreas das ciências e da vida, tornando-se cada vez mais profundo e vasto, tendo uma ampla quantidade de representantes teóricos já em sua quarta geração, e influenciando uma miríade de outros. As esferas de soberania são tão complexas e cheias de riquezas quanto o é a realidade. O presente trabalho conclui, de acordo com a Escola de Amsterdã, que uma visão sobre a realidade, considerando os seus mais diversos aspectos, é o ponto de partida para a percepção de limites para a atuação humana em todas as áreas, garantindo a sua liberdade, de tal modo que se abrem possibilidades para um debate acerca do modelo de normas jurídicas que se deveria estabelecer no âmbito do aspecto jurídico da realidade, bem como em todos os demais campos da vida, gerando uma adequada relação com o todo, respeitando cada esfera de soberania, e assim, permitindo o “florecimento”, desenvolvimento e expressões, da humanidade e de toda a realidade.

Haveria ainda muito a se dizer e a se analisar desse novo “ferramental filosófico” que o calvinismo traz à luz, na esperança de que todos os homens gozem de paz e prosperidade para a glória de Deus. Trabalhos posteriores podem ser desenvolvidos ainda, no intento de trazer o pensamento dos teóricos holandeses e seus discípulos por todo o mundo, ao debate acadêmico, para a melhor conclusão científica. Por fim, após os tantos desdobramentos desesperados em uma cansativa busca idólatra por liberdade na história, de acordo com Filosofia da Ideia de Lei os homens deverão dobrar seus joelhos para reconhecerem as ordenanças sobre o *cosmos* e a inescapável verdade de que a liberdade só se dará, de fato, dentro de cada esfera de soberania, na obediência de suas leis próprias, e no reconhecimento da unidade e multiplicidade da realidade.

REFERÊNCIAS

ALTHUSIUS, J. **Política**. Trad. de Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros LTDA, 2003.

ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. Trad. de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Bíblia de estudo de Genebra. São Paulo e Barueri: Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999

CARVALHO, G. V. R. de. **Cosmovisão cristã e transformação / Guilherme Vilela Ribeiro de Carvalho** [organizador]. Viçosa, MG : Ultimato, 2006.

_____. **Herman Dooyeweerd, reformador da razão**. [introdução editorial] São Paulo: Hagnos, 2010.

DOOYEWEERD, H. **Estado e soberania: ensaios sobre cristianismo e política/Herman Dooyeweerd**. Trad. de Leonardo Ramos, LucasG. Freire, Guilherme de Carvalho. São Paulo: Vida Nova, 2014.

_____. **No crepúsculo do pensamento ocidental: estudos sobre a pretensa autonomia do pensamento filosófico / Herman Dooyeweerd**. Trad. de Guilherme Vilela Ribeiro de Carvalho; Rodolfo Amorim Carlos de Souza. São Paulo: Hagnos, 2010.

_____. **Raízes da cultura ocidental / Herman Dooyeweerd**. Trad. de Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Cultura Cristã, 2015.

HEXHAM, I. **Christian politics according to Abraham Kuyper**. Crux, 1983. Disponível em: < <https://people.ucalgary.ca/~nurelweb/papers/irving/kuyperp.html>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

_____. **Política cristã de acordo com Abraham Kuyper**. Trad. de Felipe Sabino de Araújo Neto. Disponível em: < http://www.monergismo.com/textos/politica/politica-crista-kuyper_hexham.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2018.

KALSBECK L. **Contornos da filosofia cristã**. Trad. de Rodrigo Amorim de Souza. São Paulo: Cultura Cristã, 2015.

KOYZIS, D. T. **Visões & ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas/David T. Koyzis**. Trad. de Lucas G. Freire. São Paulo: Vida Nova, 2014.

KUYPER, A. **Bibliotheca Sacra: Calvinism: the origin and safeguard of our constitutional liberties**. 1895. Disponível em: <http://www.reformationalpublishingproject.com/rpp/paideia_books.asp>. Acesso em: 3 nov. 2018.

KUYPER, A. **Calvinismo / Abraham Kuypers**. Trad. de Ricardo Gouvêa; Paulo Arantes. São Paulo: Cultura Cristã, 2014

KUYPER, A. **Sabedoria e prodígios: graça comum na ciência e na arte**. Trad. de Fabrício Tavares de Moraes. Brasília, DF: Editora Monergismo, 2018.

KUYPER, A. **Sphere sovereignty (a public address delivered at the inauguration of the Free University, Oct. 20, 1880)**. Translated by George Kamps. 1880.

Disponível

em: <http://www.reformationalpublishingproject.com/rpp/paideia_books.asp>. Acesso em: 5 nov. 2018.

REICHOW, J. K. **Reformai a vossa mente: a filosofia cristã de Herman Dooyeweerd / Josué Klumb Reichow**. Brasília, DF: Editora Monergismo, 2019.

ROOKMAAKER, H. R. **Filosofia e estética / Hans R. Rookmaaker**. Trad. de William Campos da Cruz. Brasília, DF: Editora Monergismo, 2018.